

Ministério da Saúde
Secretaria-Executiva

Ações Conclusivas do Processo de Municipalização e Redefinição de Área

Relatório Final

Série C. Projetos, Programas e Relatórios

1.^a edição
6.^a reimpressão



Brasília-DF
2003

© 2001. Ministério da Saúde
Permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Série C. Projetos, Programas e Relatórios; n. 64

Tiragem: 1.^a edição – 6.^a reimpressão – 2003 – 10 exemplares

Edição, distribuição e informações:

Ministério da Saúde
Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ed. Anexo, Ala B, Sala 408
CEP: 70058-900, Brasília – DF
Tel.: 315-2203 Fax: 321-3731
E-mail: cgdi@saude.gov.br

Coordenação:

Márcia Rollemberg - Ministério da Saúde

Colaboração especial:

Roberto Elfner Fontenelle Bizerril - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Equipe Ministério da Saúde - Assessoria técnica:

Alessandra Maria Pereira
Alessandra Tereza A. de Almeida
Jorge dos Reis
Raquelina Maria de Aguiar
Rejane Vieira Viana

Digitação:

Alessandra Maria Pereira

Arquivos eletrônicos:

Zandhor Ferreira da Silva Cavalli Pradi

Edição das plantas de situação:

Carlos Roberto de Andrade
Cleo Pais de Barros
Luís Fernando Flores Cerqueira

Fotografias das edificações:

Luís Oliveira
Rondon Rosario Vellozo

Foto satélite - capa:

Lúcia Regina Teixeira Mendes – IEF/RJ
Maria de Fátima de Pina – Fundação Oswaldo Cruz

Editora MS:

Mônica Quiroga – Revisão e acompanhamento técnico
Ermenegildo Munhoz e Mara Pamplona – Revisão
João Mário Dias – Edição das imagens
Luciana Cerqueira Brito – Catalogação na fonte
Fabiano Bastos – Projeto gráfico e editoração

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva.

Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área: relatório final / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. – 1. ed., 6.^a reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

128 p.: il. color. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios)

ISBN 85-334-0447-6

1. Administração em Saúde Pública. 2. Saúde Mental. 3. Hospitais Psiquiátricos. 4. Administração Municipal. I. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. II. Título. III. Série. NLM WA 540 DB8

Catalogação na fonte – Editora MS

EDITORA MS
Documentação e Informação
SIA, Trecho 4, Lotes 540/610
CEP: 71200-040, Brasília – DF
Tels.: (61) 233 1774/2020 Fax: (61) 233 9558
E-mail: editora.ms@saude.gov.br
Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>

Sumário

1	Apresentação	9
2	Introdução	11
3	Histórico	13
4	Municipalização dos Serviços de Saúde	15
5	Atos e Designação das Atividades	19
6	Plano de Trabalho	20
7	Propostas Institucionais e Setoriais	22
7.1	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	22
7.2	Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ)	23
7.3	Coordenação de Saúde de Ação da Área Programática 4/SMS	25
7.4	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)	28
7.5	Procuradoria do Município do Rio de Janeiro	28
7.6	Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ)	29
8	Planos de Segurança para a Colônia Juliano Moreira	30
8.1	Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE)	31
8.2	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – Guarda Municipal/RJ	32
9	Setorização da Área da Colônia Juliano Moreira	35
9.1	Quadro Demonstrativo dos Setores	35
9.2	Planta de Situação Geral	36
9.3	Percentual das Áreas Referentes aos Setores da CJM	36
10	Proposta Final de Desmembramento da Área Total da Colônia Juliano Moreira	37
11	Estágio Atual dos Trabalhos	44
12	Ações de Inventariança	48
12.1	Bens Imóveis	49
12.2	Situação Patrimonial	49
12.3	Serviço Planialtimétrico e Cadastral da Área	51
12.4	Subcomissão de Bens Imóveis	52
12.5	Caracterização dos Setores	53
12.6	Tipos de Edificações	57
12.7	Relação das Edificações e Caracterização da Ocupação	59
12.8	Levantamento Fotográfico	65
12.9	Aspectos Ambientais	65
12.10	Aspectos Jurídicos	66
12.11	Acervo de Documentos	67
12.12	Transferência da Guarda do Acervo Documental	68

12.13 Materiais Permanentes	69
12.14 Baixas Contábeis	70
12.15 Cessão de Servidores Federais	72
13 Análise dos Trabalhos	74
14 Considerações Finais	79
15 Fotografias das Edificações e Ocupações	81
16 Representantes Institucionais	121
17 Relação das Ilustrações – Obras de Arthur Bispo do Rosário	125

Anexos

Anexo I - Convênio Geral Colônia Juliano Moreira nº 031/96-01, publicado em 27/6/1996, entre o Ministério da Saúde (MS) e a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), visando fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS)

Anexo II - Termo de Cessão de Uso, de 3/3/1999, entre o MS e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, pela SMS, para transferência da Colônia Juliano Moreira, Postos de Assistência Médica (PAM) e maternidades próprias

Anexo III - Portaria SAS/MS nº 112, de 31/3/1999, que altera o teto financeiro anual do município do Rio de Janeiro, habilitado na condição de Gestão Plena do Sistema Municipal

Anexo IV - Relatório de Auditoria Especial e Integrada (Complexo Juliano Moreira)

Anexo V - Atos de designação das atividades do Grupo de Trabalho e das ações de inventariança (Portarias nºs 878 e 879, de 18/11/1999, nºs 49, 50, 51, e 52, de 24/12/1999, nº 259, de 26/4/2000 e nº 2, de 3/1/2001)

Anexo VI - Plano de Trabalho para Conclusão do Processo de Municipalização da Colônia Juliano Moreira

Anexo VII - Propostas institucionais e setoriais apresentadas nas reuniões do GT (Fiocruz, SMS/RJ), Coordenação de Saúde da Área Programática 4/SMS/RJ, SMDS e Procuradoria do Município do Rio de Janeiro

Anexo VIII - Planos de segurança para a Colônia Juliano Moreira – Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE); Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – Guarda Municipal/RJ – 7ª IGM

Anexo IX - Definições básicas para desmembramento da área total da Colônia Juliano Moreira

Anexo X - Avisos Ministeriais que tratam da transferência das áreas da Fiocruz, Funasa e Prefeitura do Rio de Janeiro, nº 504, de 18/8/2000, nº 832, de 14/12/2000, nº 392, de 4/6/2001

Anexo XI - Termo de entrega emitido pela Delegacia do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, referente à área destinada ao exército, conforme o processo MF nº 10768-022.251/92-64, de 15/8/1996

Anexo XII - Registros Imobiliários Patrimoniais, do Cadastro do Patrimônio Imobiliário da União, referentes aos cinco setores

Anexo XIII - Relatórios das Subcomissões de Inventariança e informações complementares

Subcomissão de Inventariança do Acervo Documental

Subcomissão de Inventariança de Bens Imóveis

Subcomissão de Inventariança de Pendências Contábeis

Subcomissão de Inventariança de Materiais Permanentes

Anexo XIV - Termo de Doação de Materiais Permanentes

Anexo XV - Termo de Compromisso e Responsabilidade pela Guarda, Preservação e pelo Acesso ao Acervo

Documental do MS

Anexo XVI - Listagem Atualizada de Pessoal

Anexo XVII - Relatórios do SIAFI de Baixa Contábil

Anexo XVIII - Memoriais Descritivos e Plantas de Situação de 1/5000 e 1/500

Anexo XIX - Portaria GM/MS nº 929, de 26/6/2001

Anexo XX - Projetos e Propostas de Municipalização

Anexo XXI - Documentos Referenciais:

- 1 Expedientes relativos aos trabalhos realizados sob a Coordenação do Ministério da Saúde, em conjunto com as entidades federais, estaduais e municipais
- 2 Legislação e atos afins
- 3 Relatórios e expedientes referentes aos órgãos federais de controle
- 4 Termos de cooperação, projetos e propostas de municipalização referentes à Colônia Juliano Moreira
- 5 Cadastros de ocupações
- 6 Denúncias

Colônia Juliano Moreira
Ações conclusivas do processo de municipalização e
redefinição de área: relatório final

Trabalho interinstitucional desenvolvido a partir de pesquisas, estudos, levantamentos e reuniões técnicas entre representantes dos governos federal, estadual e municipal, com o objetivo de finalizar a transferência da unidade hospitalar psiquiátrica Colônia Juliano Moreira à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e regularizar a jurisdição do imóvel próprio da União Federal

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório reúne um conjunto de ações e de informações essenciais para efetivar a regularização da transferência do Hospital Psiquiátrico Colônia Juliano Moreira da esfera federal do Sistema Único de Saúde para a municipal.

Duas vertentes caracterizam o desfecho desse processo, quais sejam, a negociação sobre a regularização das ocupações que esse próprio da União Federal abriga – definindo-se assim às instituições cessionárias suas responsabilidades sobre a área devida –, e as ações de inventariança, atendendo aos ritos legal, processual e administrativo, imprescindíveis ao controle do patrimônio público.



Tais iniciativas concluem a principal etapa desse processo, no que se refere à sua municipalização, preservação, destinação e jurisdição patrimonial, sinalizando os procedimentos decorrentes, que compreendem aspectos sociais, jurídicos, de segurança e de fiscalização.

O trabalho realizado demonstra a capacidade dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais em transcender interesses específicos e regionais, tornando possível integrar conhecimentos, fortalecer valores e tomar atitudes, ampliando-se os horizontes e as perspectivas de uma atuação conjunta, tendo como base o interesse público.

Os documentos integrantes do trabalho de redefinição da ocupação da área e do processo de inventário formam o processo nº 25000.116.293/2001-66, o qual se complementa pelos processos nº 25000.017005/2001-91, do inventário de acervo de documentos e, nº 25001.005246/2000-05, do inventário de materiais permanentes.

Integra o presente relatório um conjunto de 21 anexos que apresentam ou referenciam atos, expedientes e projetos, bem como os documentos na íntegra das subcomissões de inventário e das entidades envolvidas.

2. INTRODUÇÃO

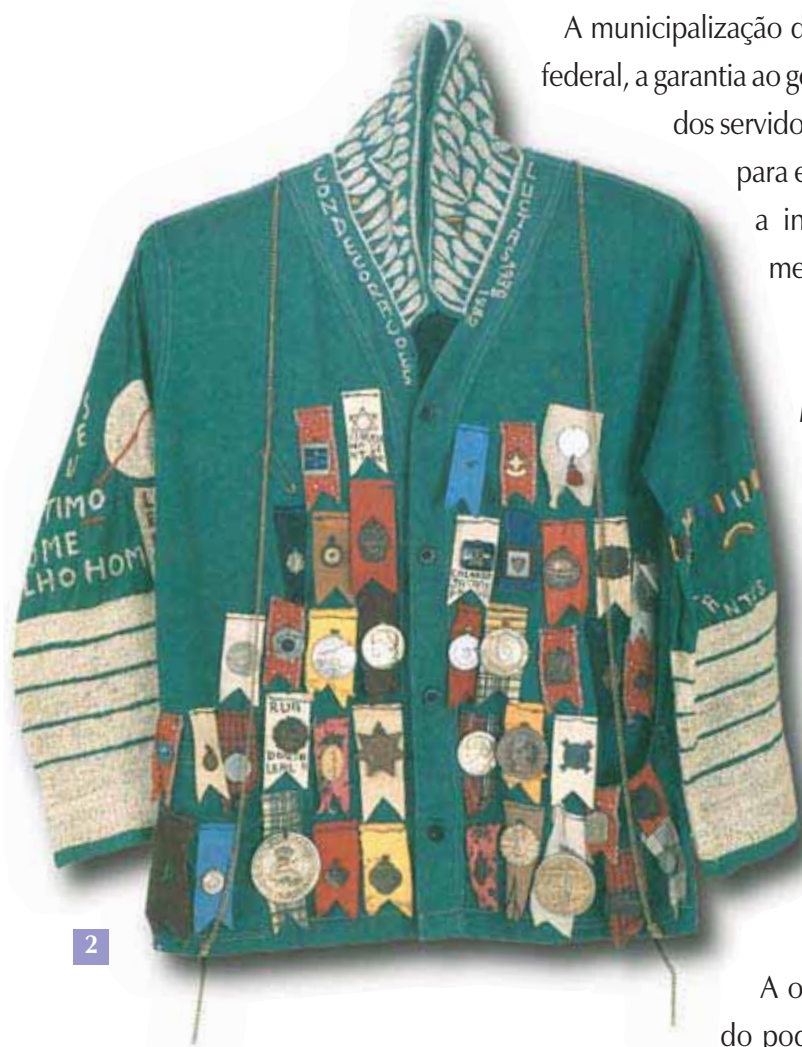
A municipalização dos serviços de saúde da Colônia Juliano Moreira, ex-hospital psiquiátrico federal, insere-se no conjunto de medidas governamentais de implementação da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19/9/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

A municipalização da saúde compreende, por parte do governo federal, a garantia ao gestor local, dos recursos financeiros, da cessão dos servidores federais, dos bens patrimoniais, utilizados para execução dos serviços, ou seja, as condições e a infra-estrutura necessárias às ações anteriormente desenvolvidas pela esfera federal.

Ressalte-se, no caso da Colônia Juliano Moreira (CJM), peculiaridades que ultrapassam o usual processo de descentralização do setor Saúde. Em face de sua extensão territorial, situação ambiental e habitacional, a transferência da gestão dessa unidade hospitalar contempla aspectos específicos, sempre estando na pauta das propostas apresentadas para sua municipalização, ações intersetoriais e interinstitucionais, demonstrando a complexidade que esse próprio evoca.

A ocupação desordenada, a pouca articulação do poder público e a descontinuidade dos projetos previstos para a área acabaram por configurar uma malha de problemas que requer por parte das entidades, ações concretas, definindo-se responsabilidades e parcerias.

O empenho na resolução de questões historicamente sedimentadas deve vislumbrar, no entanto, os horizontes que esse patrimônio enseja, zelando pela continuidade das atividades e dos projetos prioritários para o



setor Saúde, entendendo não mais haver justificativas para a ausência de atitudes que garantam maior segurança da área e, conseqüentemente, a sua preservação.

Essa filosofia pautou a atuação das entidades municipais, estaduais e federais que, articuladas em torno de um plano de trabalho comum, apresentam como resultado a delimitação e diretrizes gerais de destinação das áreas da CJM, com os encargos de sua utilização, iniciando-se a regularização das transferências, em conformidade com os procedimentos previstos pelo Patrimônio da União.

Os encaminhamentos realizados no âmbito do processo de inventariança e as proposições do Grupo de Trabalho Interinstitucional inauguram, no ano de 2001, uma nova etapa situacional, evidenciando responsabilidades e compromissos os quais formalmente acordados, convergem para maior resolubilidade dos problemas existentes e para a melhoria das condições de funcionamento do setor Saúde, integrando, por outro lado, outros setores e esferas de governo com o intuito de otimizar os recursos institucionais disponíveis, apropriar e averbar o patrimônio de bens imóveis, desmembrar as áreas, transferindo-as às instituições, e tratar a questão social e habitacional constituída.



3. HISTÓRICO

A dinâmica da implementação do SUS revela lacunas jurídico-administrativas que o poder público busca preencher por meio de ações corretivas e reguladoras. Nesse sentido, medidas são adotadas para definição formal das responsabilidades institucionais e legais decorrentes da municipalização de serviços de saúde, consolidando a gestão descentralizada de serviços preconizada na referida Lei Orgânica da Saúde.

Dentro dessa perspectiva, o Ministério da Saúde iniciou em 1996 a transferência da gestão da unidade hospitalar psiquiátrica Colônia Juliano Moreira (CJM) para a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

A CJM é uma unidade histórica. O início da construção dos pavilhões para os “alienados” data de 1919, e foi concebida dentro da ótica asilar, na época inovadora, de colônia agrícola e, portanto, instalada num próprio da União Federal de dimensões rurais, com cerca de 786 hectares.

Principalmente nas últimas décadas, suas terras foram alvo de ocupações diversas. Cerca de 10% da área atual é formada por uma densa favela (área extramuros); por outro lado, aproximadamente 50% integra uma reserva de mata atlântica. A transferência dessa unidade requer, assim, um melhor dimensionamento da área necessária aos serviços municipais e o enfrentamento das invasões irregulares que lesam o patrimônio público e desnudam uma problemática de origem socioeconômica.

O objetivo é a retomada do controle da situação fundiária, primando-se por uma utilização adequada às suas características e sintonizada com a relevância do interesse público. Dentro dessa perspectiva, representantes do Ministério da Saúde (MS), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Ministério da Fazenda (MF) e das secretarias e órgãos municipais da Prefeitura do Rio de Janeiro foram designados, em novembro de 1999, pela Secretaria Executiva/MS, para compor um Grupo de Trabalho Interinstitucional.

Durante um período de vinte e três meses, efetivaram-se negociações e iniciativas administrativas para identificar e redimensionar a destinação das áreas que compreendem o imóvel da União denominado Colônia Juliano Moreira, localizado em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho iniciou-se em agosto de 1999, quando as partes envolvidas na questão, diante das orientações emanadas pelos dirigentes do nível federal e municipal, elaboraram um Plano de Trabalho para Conclusão do Processo

de Municipalização da Colônia Juliano Moreira, que pautou o roteiro das ações e das definições propostas, incluindo-se a formação de um Grupo de Trabalho (GT) e a designação do processo de inventariança.

Assim, concomitantemente ao trabalho do GT, ocorreu o inventário da unidade, visando regularizar a transferência, o patrimônio e a cessão de funcionários federais, o que possibilitou desencadear, de imediato, ações administrativas e a implementação da setorização da área, definindo-se as entidades cessionárias, uma vez que o próprio em questão registra, também, ocupações de outros órgãos federais, como o Exército Brasileiro.

Por sua vez, o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Oswaldo Cruz, reativa dentro do maior setor da CJM – denominado meio ambiente – o projeto de produção de medicamentos fitoterápicos, iniciado em 1995 nas terras daquela unidade, mantendo assim o domínio de parte da área, ampliando e intensificando ações em prol da pesquisa e do fomento do setor Saúde.

Também vinculado ao Ministério e ocupando uma pequena área do imóvel, está a Fundação Nacional de Saúde/MS desde 1991, por meio do Centro de Referência Professor Hélio Fraga, excelência em pneumologia sanitária, o qual realiza pesquisas, dissemina tecnologia de ensino e produz insumos no combate e controle da tuberculose e de outras doenças pulmonares.



4. MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A extensão da área da CJM e suas peculiaridades como “Colônia de Alienados”, o agravamento das questões sócio-habitacionais impulsionando invasões em áreas públicas e a ineficiência do poder público consolidaram, nas últimas três décadas, uma intensa, diversa e indevida ocupação das terras e edificações da CJM.

Paralelamente ao percurso específico dessa unidade hospitalar psiquiátrica, ganha velocidade a municipalização dos serviços de saúde, visando justamente garantir maior autonomia ao poder local para controlar e gerenciar os serviços públicos básicos de direito da população.

O processo formal de pré-municipalização da Colônia Juliano Moreira (CJM) iniciou-se em 24/6/1996, por meio do Convênio nº 031/96-01, de 24/6/1996, entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O acordo constante no processo nº 25000.013758/96-45 incluía também, quinze postos de assistência médica do ex-Inamps e três maternidades.

Os repasses referentes à CJM totalizaram um valor de R\$ 22.660.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta mil reais), distribuídos em três Termos Aditivos, respectivamente nos valores de R\$ 6.800.000,00, R\$ 9.860.000,00 e R\$ 6.000.000,00, pelo período de 3 anos e meio, tendo sido aprovado o relatório de prestação de contas conforme o Parecer nº 587/01 encaminhado à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro pela Coordenação de Prestação de Contas do Fundo Nacional de Saúde/MS.

Constava no referido convênio, na cláusula primeira, a implementação progressiva de um conjunto de ações que previa a destinação de toda a Colônia para a Prefeitura do Rio de Janeiro, denominado Proposta de Municipalização da Colônia Juliano Moreira, formulado no final do ano de 1995 por um grupo de trabalho interinstitucional designado pelo Decreto Municipal nº 14.352, de 14/11/1995.

Várias medidas foram tomadas nesse período, dentre as quais a formação de grupos técnicos com a participação das secretarias municipais que, por meio de estudos das diversas situações existentes, detalharam os projetos dentro de quatro grandes eixos definidos no processo de municipalização: saúde; cultura; meio ambiente e urbanismo; esporte e lazer. Em decorrência foi apresentado, em 4/11/1996, pela direção da Colônia Juliano Moreira, o plano operacional denominado *Projetos de Reestruturação da*

Colônia Juliano Moreira, ao Conselho Técnico Administrativo (CTA), instância responsável pela administração do convênio, instituído em 19/7/1996.

Diversos projetos já se encontravam em fase avançada de negociação e visavam a criação de uma Região Administrativa (RA) na Colônia, a revitalização e expansão dos equipamentos públicos com benefícios à comunidade local. Entre eles, convênios que tinham como objetivo a restauração de obras do atual Museu Bispo do Rosário e dos Prédios do Núcleo Histórico, a instalação de dois Batalhões de Policiamento (Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Florestal)/Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, e a implantação de um Centro de Iniciação Olímpico pelo Instituto Nacional de Desporto (INDESP).

Tais proposições ocorriam a partir do entendimento de que os problemas ali existentes careciam de um tratamento global, uma vez que, para efetivar o controle da situação, a área deveria ser em parte urbanizada, revitalizada e preservada em função do seu inerente potencial social, cultural, ambiental, turístico e esportivo, enfrentando-se, nesse processo, a questão habitacional, na sua ampla maioria irregular.

Destaque-se o detalhamento das propostas feitas à época, sendo que os projetos do setor Saúde contemplavam a realidade asilar da Colônia dentro da perspectiva de ressocialização dos pacientes, com adoção de lares alternativos denominados assistidos, de acolhimento e abrigados. Para isso, foram analisados a específica condição e limites das novas práticas em função das características e perfil do grupo de pacientes que há muito residem na CJM.

A partir de 1997, com a mudança da gestão na prefeitura municipal, a perspectiva de implementação dos projetos de forma articulada foi gradativamente substituída por iniciativas isoladas e distantes da proposta original, como, por exemplo, a implantação do projeto social de atendimento à população de rua, denominado Fazenda Modelo, embargado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF).



A Secretaria Municipal de Saúde não obteve apoio dos demais serviços municipais e enfrentou dificuldades com a gestão da área, ficando vulnerável ao administrar aspectos intersetoriais – envolvendo, além do setor saúde, segurança, habitação, invasões e ocorrências policiais. Por sua vez, no âmbito federal, houve pouca capacidade em cooperar e fiscalizar a implementação dos projetos, ação esta de responsabilidade do Conselho Técnico Administrativo.

Os problemas existentes na área não foram impedimento para a consolidação da transferência em curso, tendo sido assinado em 3/3/1999 o Termo de Cessão de Uso da Colônia Juliano Moreira à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, mais especificamente à Secretaria Municipal de Saúde.

Como decorrência, o orçamento federal destinado ao custeio da Colônia foi incorporado ao teto financeiro do Município do Rio de Janeiro, conforme Portaria nº 112, de 31/3/1999. O ato de cessão em si não solucionava as pendências existentes no processo anterior, as quais se desdobram em uma série de procedimentos administrativos e de providências legais, interligando instituições públicas.

Outro fator relevante nesse processo foi a realização, no período de 28/2 a 13/3/1999, de uma Auditoria Especial e Integrada, por parte da Secretaria de Controle Interno/Ministério da Fazenda, cujo Relatório de nº 001/1999, de 30/4/1999, indicava problemas, inclusive no setor de assistência à saúde, e apresentava proposições e medidas gerenciais, tendo sido prontamente encaminhado pelo Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde às respectivas autoridades federais e municipais, demandando-se das partes envolvidas providências diante dos problemas identificados.

Em face da questão constituída e a partir dos entendimentos mantidos entre dirigentes das esferas federal e municipal, em reunião realizada em julho de 1999 no MS, com a participação do Secretário Executivo do MS, do Prefeito do Rio de Janeiro, da Secretária de Gestão do MP, da Coordenadora-Geral das Unidades Hospitalares Próprias da Secretaria de Assistên-



cia à Saúde do MS e da coordenadora dos atuais trabalhos, à época Subsecretária-Adjunta de Assuntos Administrativos (SAA/SE/MS), acordaram-se as principais diretrizes da ocupação da área.

No dia 22/6/1999, foi submetido ao Secretário de Controle Interno, em resposta a auditoria realizada e ao Chefe do Gabinete do Ministro, pela então representante da SAA, o Plano que pautou o presente trabalho, previamente acordado entre as partes, decidindo-se por sua implementação.

A Secretaria-Executiva (SE) priorizou, a partir daí, as ações de inventariança para apropriar e regularizar o patrimônio transferido e/ou doado ao município, bem como atualizar os procedimentos de cessão de pessoal. Os atos de designação da comissão de inventariança e do grupo de trabalho ocorreram em novembro de 1999, com previsão inicial de quatro meses, tendo sido prorrogados por mais um período de 10 meses.

A formação de um grupo de trabalho envolvendo as instituições, imputando-lhes suas responsabilidades, foi outra medida da SE/MS para, a partir da situação atual, avaliar o uso da área, sua destinação, evidenciando-se as interfaces oriundas de problemas comuns e de soluções a serem compartilhadas.

Destaque-se que três propósitos pautaram as ações do Grupo de Trabalho, quais sejam: elaborar uma proposta de regularização da área territorial do próprio Federal – Colônia Juliano Moreira; traçar um plano de convivência e segurança relativo à área da CJM; e dar suporte às ações de inventariança para conclusão do processo de municipalização do complexo Juliano Moreira.



5. ATOS DE DESIGNAÇÃO DAS ATIVIDADES

- Portaria Ministério da Saúde (MS)/Secretaria Executiva (SE) nº 878, de 18/11/1999, publicada no Diário Oficial de 19/11/1999 – cria o Grupo de Trabalho para apresentar estudos de regularização da área afeta ao próprio da União no Estado do Rio de Janeiro, denominado Colônia Juliano Moreira, no que se refere à sua municipalização, preservação, destinação e jurisdição patrimonial.
- Portaria MS/SE nº 879, de 18/11/1999, publicada no Diário Oficial de 19/11/1999 – constitui comissão responsável para proceder ao inventário da Colônia Juliano Moreira e viabilizar o cumprimento dos procedimentos necessários à conclusão da transferência da gestão patrimonial à Secretaria Municipal de Saúde.
- Portaria MS/SE nº 259, de 26/4/2000, publicada no Diário Oficial de 27/4/2000 – prorroga por mais 150 dias o prazo das atividades do Grupo de Trabalho de que trata a Portaria MS/SE nº 878, de 18/11/1999; e por mais 120 dias o prazo para conclusão das atividades da Comissão de Inventário da Colônia Juliano Moreira, de que trata a Portaria MS/SE nº 879, de 18/11/1999.
- Portaria MS/SE nº 2, de 3/1/2001, publicada no Diário Oficial de 4/1/2001 – prorroga por mais 160 dias o prazo para conclusão das atividades do Grupo de Trabalho, de que trata a Portaria MS/SE nº 878, de 18/11/1999, e por mais 190 dias, o prazo para conclusão das atividades da Comissão de Inventário da Colônia Juliano Moreira, de que trata a Portaria MS/SE nº 879, de 18/11/1999.
- Portaria Ministério da Saúde/Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) nº 49, de 24/12/1999, publicada no Diário Oficial de 28/12/1999 – cria a Subcomissão de Inventário Físico de Acervo de Documentos.
- Portaria MS/SAA nº 50, de 24/12/1999, publicada no Diário Oficial de 28/12/1999 – cria a Subcomissão de Inventário dos Bens Imóveis.
- Portaria MS/SAA nº 51, de 24/12/1999, publicada no Diário Oficial de 28/12/1999 – cria a Subcomissão de Inventário Físico e Contábil dos Materiais Permanentes.
- Portaria MS/SAA nº 52, de 24/12/1999, publicada no Diário Oficial de 28/12/1999 – cria a Subcomissão das Pendências Contábeis.



6. PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho para Conclusão do Processo de Municipalização da Colônia Juliano Moreira foi concebido de forma negociada entre as partes. Sua elaboração precedeu toda a formalização do Grupo de Trabalho e do Inventário, facilitando a realização das propostas, uma vez que as diretrizes estavam consensuadas entre os dirigentes e representantes das instituições.

Objetivo Geral

Concluir a municipalização dos serviços de saúde da Colônia Juliano Moreira, de forma a viabilizar a transferência definitiva do patrimônio público existente e a jurisdição das áreas referentes aos Setores 2 e 3 ao Município do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- Promover ações administrativas para regularizar a transferência dos serviços de saúde, patrimônio e cessão de pessoal da esfera pública federal para a municipal.
- Finalizar a unidade pagadora (Upag) e a respectiva baixa contábil da CJM junto à Delegacia Federal de Controle/Ministério da Fazenda.
- Demarcar as áreas físicas e benfeitorias e efetuar, junto à Secretaria de Patrimônio da União/MP, averbação dos bens imóveis e o desmembramento cartorial com respectiva jurisdição para a Prefeitura do Rio de Janeiro.
- Estabelecer o termo específico de transferência da guarda de documentos federais – acervos arquivístico, bibliográfico e museológico – à SMS, resguardando a integração da coleção e a plena parceria por meio do Centro Cultural da Saúde/MS (Praça XV), sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Documentação e Informação da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde.
- Convergir esforços para imediata inibição das invasões de área na CJM e identificar estratégias de ação e procedimentos para encaminhamento das situações relativas a invasores, funcionários, herdeiros, posseiros etc., dentro de uma proposta urbanística.
- Viabilizar a transferência do Setor 1 – meio ambiente – para a Fundação Oswaldo Cruz; e estabelecer termo de cooperação junto à Prefeitura, no que tange à questões de acesso, urbanismo, infra-estrutura e serviços.

- Realizar a regularização da área cedida ao Ministério do Exército e das áreas que abrigam o Centro de Referência Hélio Fraga/Fundação Nacional de Saúde e ao Hospital Raphael de Paula Souza/Ministério da Saúde, integrantes dos Setores 3 e 2.

Metas

- Transferir a jurisdição de parte da área da Colônia para a Fiocruz.
- Realizar o processo de inventariança referente à unidade em questão, atualmente denominada Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), concluindo encaminhamentos efetivos para sua regularização.
- Elaborar o Termo Específico de transferência da guarda do acervo documental federal.
- Realizar os memoriais descritivos dos setores identificados.
- Identificar a área territorial necessária ao desenvolvimento das ações de saúde, e proceder à imediata solicitação da cessão à Secretaria de Patrimônio da União.
- Viabilizar junto à Delegacia Federal de Controle os procedimentos para extinção da Unidade Gestora e tomada de contas conclusiva da gestão do MS.
- Delimitar a área territorial que integra o Hospital Raphael de Paula Souza/MS e o Centro de Referência Hélio Fraga/Funasa, e proceder a regularização junto à SPU.
- Garantir o processo de regularização da questão habitacional.
- Garantir a segurança e proteção da área.



7. PROPOSTAS INSTITUCIONAIS E SETORIAIS

No decorrer das reuniões gerais de trabalho do GT, as entidades apresentaram proposições e pleitos sobre o ordenamento da área, a forma de transferência e a importância em instituir uma gestão compartilhada para viabilizar a administração, segurança e prevenção da área. Reúnem-se assim, os principais tópicos das propostas apresentadas pelos segmentos envolvidos.

7.1 Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Proposta apresentada pela representante da Fiocruz no GT, Mirian Gurjão, em reunião geral realizada no dia 18/12/2000, no Núcleo Estadual do MS no Rio de Janeiro.

Setor 1

- Elaboração de amplo programa de meio ambiente, enfatizando a necessidade de ocupação da área geográfica da CJM de forma racional e organizada. O projeto visa atender tanto a qualidade de vida das comunidades locais quanto o aproveitamento dos recursos naturais, consorciando projetos interdisciplinares voltados para temas relativos ao manejo e defesa do meio ambiente, da Saúde Pública e da educação ambiental, conforme preconiza a Agenda 21.
- Obtenção de fontes de suporte financeiro por meio de arrecadação de recursos junto às agências de fomento (CAPES, FINEP, FAPERJ etc.), e de estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e instituições governamentais ou não-governamentais.
- Implantação de uma estrutura administrativa para o novo campus rural, a fim de gerenciar as interfaces de todos os projetos que ali forem desenvolvidos.
- Implementação de projetos de curto, médio e longo prazos, a saber:

Curto Prazo (projetos com recursos disponíveis)

- Far-Manguinhos: Projeto de Plantas Medicinais.
- Convênio com as Instituições: Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Médio Prazo

- Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP): Educação Ambiental e Educação Saúde.

- Escola Politécnica: Projeto Assistencial.

Longo Prazo

- Criação de Área de Preservação Ambiental (APA), Reciclagem de Lixo, Programa de Saneamento Básico, Preservação e Recuperação de Mananciais, Projeto/Trilhas e Interpretação da Natureza, Projeto Parceria Agrícola, Projeto Centro de Desenvolvimento Ambiental e Biodiversidade.

Proposta de Termo de Compromisso entre a Fiocruz e a Secretaria Municipal de Saúde – Principais tópicos

A Fiocruz se compromete a:

- garantir a preservação e a qualidade no fornecimento de água proveniente do reservatório da cachoeira;
- participar de projetos assistenciais em conjunto com a SMS;
- cooperar nas ações de regularização das ocupações existentes, coibindo invasões e preservando o meio ambiente;
- promover ações de educação ambiental;
- participar dos projetos de saneamento e de infra-estrutura nos Setores 1, 2 e 3;
- considerar, no desenvolvimento dos projetos, a perspectiva de integração das comunidades locais, promovendo a qualidade de vida da população.

A Prefeitura (SMS) se compromete a:

- suspender quaisquer novas atividades na área do Setor 1;
- convergir esforços para a segurança e preservação de todas as áreas;
- cooperar para o desmembramento de água e luz, e extensão dos serviços públicos ao Setor 1;
- garantir a permanência dos vigilantes nas áreas provisoriamente em uso pelo município, até a data de sua desocupação;
- manter a rotina de cloração e controle do PPM nos reservatórios da cachoeira.

7.2 Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ)

Proposta global apresentada pela representante da SMS no GT, Ana Butter, em reunião geral realizada no dia 24/2/2000, no Hospital Municipal Lourenço Jorge.

Setor 2

Zona de uso especial para fins de implantação de projetos integrados na área de saúde, educação e desenvolvimento social.

Educação

- Criação do núcleo de múltiplas linguagens na Unidade Escolar CJM, com vistas a atender alunos com necessidades educativas especiais.
- Ampliação da Unidade Escolar CJM, com o objetivo de implantar o 2º segmento do Ensino Fundamental.
- Implantação do Núcleo de Educação Ambiental do Parque Estadual da Pedra Branca, com a missão de promover ações de educação ambiental voltadas para professores e alunos da rede municipal de ensino.

Corredor Cultural da Colônia

- Revitalização do Núcleo Histórico por meio da recuperação dos prédios históricos, com instalação do Museu Nise da Silveira (posteriormente denominado Museu Bispo do Rosário), reforma das salas de exposição, implantação de uma reserva técnica e de um espaço para a realização de oficinas de arte com os pacientes atendidos pelos estabelecimentos de assistência à saúde locais.
- Convênio com a Faculdade de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula, para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico de recuperação do núcleo histórico da CJM.
- Convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – Arquitetura e Urbanismo para desenvolvimento de estudos urbanísticos, paisagísticos, de zoneamento e de uso do solo da área.

Projetos Assistenciais

- Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) infanto-juvenil, a ser instalado na Escola Municipal Juliano Moreira.
- Casa do Autista.
- Instalação do Centro Municipal de Reabilitação Física Vianna do Castelo, com instalação de 40 leitos hospitalares, serviço de hidroterapia, quadra polivalente integrada ao eco-ambiente, para portadores de deficiência e pacientes em restabelecimento de eventos traumáticos.
- Transformação do clube existente no Espaço de Integração aos Pro-

jetos da Rede Básica de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social.

- Criação do SPA DIA com vivências ampliadas, por meio de oficinas terapêuticas e atividades esportivas.
- Manutenção e/ou transferência do local, das atividades e benefícios do horto terapêutico dos pacientes do Hospital Municipal Jurandyr Manfredini (Solicitação da Associação de Parentes e Amigos do HMJM).
- Definição dos prédios do Hospital Raphael de Paula Souza que estão na área recém-dividida para o Centro de Referência Hélio Fraga (creche e residência médica).

Projetos de Reabilitação e Suporte Social

- Construção de uma vila na área próxima ao Núcleo Rodrigues Caldas nos moldes de Moradia Protegida.
- Reforma dos pavilhões antigos com novos modelos de atendimento humanizado, garantindo um importante salto de qualidade de vida dos pacientes que já se encontram na Colônia há mais de 30 anos.
- Projeto de locação de 8 residências externas à área da Colônia, que beneficiarão mais 32 pacientes, com intensivo acompanhamento de técnicos e cuidadores.
- Projeto de capacitação profissional voltado para a geração de renda da clientela residente (SESI com recursos do FAT).
- Projeto de implantação de uma telessala para o desenvolvimento do Telecurso do 1º Grau, localizada no Hospital Municipal Jurandyr Manfredini.

Proposta de Gestão

Criação de um Conselho de Administração da CJM com representantes da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Subprefeitura de Jacarepaguá, com as atribuições de planejar, supervisionar, acompanhar e integrar as ações na Colônia.

7.3 Coordenação de Saúde de Ação da Área Programática 4/SMS

Proposta apresentada pela equipe de saúde da AP-4 (Márcia Mochel Dias – Coordenadora de Saúde da AP-4; Eunice Valadares – Diretora do Hospital Municipal Jurandyr Manfredini; Paulo Fagundes – Diretor do

Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira; Rosângela Carneiro – Diretora do Hospital Municipal Álvaro Ramos), em reunião geral realizada no dia 18/12/2000, no Núcleo Estadual do MS no Rio de Janeiro.

Programas de Saúde Mental

Em consonância com as políticas implantadas pelo Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, sob a responsabilidade da Gerência de Programas de Saúde Mental, têm implantado ações direcionadas para a inserção na coletividade dos pacientes com distúrbios mentais.

Na CJM, existem cerca de 875 pacientes moradores, sem vínculos familiares, a maior parte originária da antiga população asilar da CJM: pessoas idosas, marcadas por longo período de institucionalização, com todos os seus efeitos deletérios. Presume-se que uma parte considerável dessa clientela possa se beneficiar de dispositivos de cuidado extra-hospitalar; outros precisam de maiores cuidados e de estruturas de atenção mais intensivas, permanecendo nas estruturas institucionais até o seu falecimento.

Está sendo realizado um levantamento dos pacientes da CJM, para detectar o grau de autonomia, convivência social, diagnósticos e qualidade de vida, o que permitirá planejar as características dos serviços futuros. Atualmente, os pacientes estão distribuídos em cinco unidades assistenciais, sendo que o Pavilhão Agrícola deverá ser desativado e os pacientes transferidos para as demais unidades que estão sendo transformadas em módulos residenciais, denominadas Lares de acolhimento – subunidades que comportam 20 a 30 pacientes, com quartos para duas pessoas, espaços de estar, copas e pequenos refeitórios.

O programa residencial conta com 11 módulos localizados na área do imóvel da CJM. Destacam-se dentre eles o módulo coletivo implantado na antiga casa dos diretores da Colônia, para 9 usuários; e o condomínio denominado Lar Feliz, com cinco pequenas casas geminadas, para pacientes solteiros ou casais.

No programa para pacientes em situação ambulatorial, de crise ou em regime de atenção diária, as atividades são desenvolvidas pelo Hospital Jurandyr Manfredini, onde são oferecidos atendimento psiquiátrico de emergência 24 horas, ambulatorial especializado e uma unidade de internação de curta e média permanências. O Hospital ainda é responsável pelo atendimento ambulatorial multiprofissional para crianças e adolescentes, que funciona no Centro de Orientação à Infância e Adolescência (COIA); e

pelo Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) Arthur Bispo do Rosário, unidade para o atendimento diário a pacientes de maior gravidade de Jacarepaguá.

Outra atividade desenvolvida para os pacientes é o Programa de Trabalho Protegido, que funciona há quatro anos e absorve 43 pacientes de diagnóstico variado, organizados na forma de cooperativismo.

Programas de Atenção Clínica e Reabilitação Física

O Hospital Municipal Álvaro Ramos desenvolve o Programa de Atenção Clínica e possui 40 leitos para atender as necessidades dos pacientes do IMASJM. Recebe também o público externo, em serviço de pronto atendimento, com seis leitos de observação. Está equipado com um laboratório de média complexidade e aparelhos de raios X. O projeto futuro prevê a ampliação do atendimento para 24 horas diárias e criação de ambulatórios de especialidades.

O Programa de reabilitação física desenvolvido pelo Centro Municipal de Reabilitação Física Viana do Castelo funciona para atender, em regime ambulatorial, os pacientes do IMASJM. Estão previstas a ampliação do ginásio de fisioterapia, dos consultórios e de um serviço de hidroterapia, com a construção de uma piscina térmica.

Proposta para o Núcleo Histórico

- Utilizar a sede da Fazenda do Engenho Novo, Pavilhão 1, como nova sede do Museu Bispo do Rosário.
- Abrigar as atividades de educação dos pacientes da CJM, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.
- Estudar a necessidade de reformas profundas no Pavilhão 1 e refeitório; e reformas de menor porte, no aqueduto e na igreja.
- Discutir a possibilidade de alocação de recursos financeiros procedente de órgãos federais para restauração e revitalização do núcleo histórico.

Proposta para o Acervo Museológico e Documental

- Guarda definitiva dos acervos do Museu Bispo do Rosário e do Instituto Municipal Nise da Silveira, mediante transferência ao IMASJM.
- Permanência no IMASJM dos documentos históricos, particularmente o acervo da antiga Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM) do Ministério da Saúde.
- Investimentos para as acomodações físicas dos acervos.

Estruturação Predial Necessária para o Desenvolvimento dos Programas da SMS

- Hospitais e prédios de apoio, no total de 12 edificações.
- Projeto residencial (em torno de 28 casas).

7.4 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)

Proposta apresentada pela representante da SMDS no GT, Sônia Ventura e Silva Juwer, em reunião geral realizada no dia 18/12/2000, no Núcleo Estadual do MS no Rio de Janeiro.

Realização de trabalho integrado junto às demais Secretarias de Macrofunção de Políticas Sociais e outros órgãos que atuem na área da CJM.

- Setor 1 – Desenvolvimento Social/Coordenadoria Regional 4 (DS/CR 4), junto à Fiocruz e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- Setor 2 – Levantamento, por parte da SDMS, de demandas da população residente no setor, e desenvolvimento de projetos em parceria com a SMS. Estabelecimento de parcerias com a FUNLAR e com a DS/CR 4.
- Setor 3 – Havendo intervenção da Secretaria Municipal de Habitação e CR/DS 4, a prioridade será a construção de um Centro Municipal de Ação Social Integrada (CEMASI) de médio porte, visando atender aos seguintes programas: Creche, Oficina da Criança, Rio-Jovens, Rio-Expedientes e SOS Cidadania.

Foi manifestado o interesse da SMDS em manter no prédio central do instituto os atendimentos do Conselho Tutelar – Jacarepaguá/Barra, Programa PBE – Bolsa-Escola/Cestas Básicas; e repassar a Central de Doações para o Rio Voluntário.

Registra também a preocupação com a Creche Raphael de Paula Souza, que possui convênio com a SMDS, e a importância do prédio em que ela funciona. A transferência do mesmo para a SMDS propiciaria vantagens para a sua manutenção, custeios de luz e de água, e contratação de auxiliares de serviços gerais.

7.5 Procuradoria do Município do Rio de Janeiro

Sugestões encaminhadas pela representante da Procuradoria do Município no GT, Viviane Fichtner, por meio do Ofício PG nº 1.311, de 21/12/2000.

- Abertura de processo administrativo pela SMS.

- Indicação de um administrador para a Colônia.
- Elaboração de estudo final das ocupações.
- Estudo para regularização das ocupações a serem mantidas.
- Estudo das áreas a serem utilizadas pelas secretarias municipais envolvidas no Projeto.
- Criação de uma zona de uso especial para implantação de projetos integrados nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento social.

7.6 Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ)

Proposta apresentada pela representante do IEF, Zuleica Maria Moreira, em reunião geral realizada no dia 18/12/2000, no Núcleo Estadual do MS no Rio de Janeiro.

- Revitalizar o Horto Florestal Central da Pedra Branca
Recursos:
 - Projeto Rede de Hortos Centrais e Viveiros Florestais – Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM);
 - Medida compensatória referente à implantação de termoeletrica (Eron).
- Implantar projetos para o Setor 1, em parceria com Farmanguinhos e outros órgãos da FIOCRUZ.
- Realizar convênio com a Fiocruz para:
 - Produzir mudas de essências medicinais;
 - Oferecer assistência técnica;
 - Implantar a Unidade Experimental de Reflorestamento onde serão propostos modelos de acompanhamento;
 - Participar efetivamente na fiscalização e preservação da área contida no Parque (acima da cota 100m);
 - Prevenir e combater incêndios florestais;
 - Fazer levantamento da biodiversidade dessa área com monitoramento da cobertura vegetal pelos Laboratórios de Geoprocessamento do IEF e da Fiocruz.

8. PLANOS DE SEGURANÇA PARA A COLÔNIA JULIANO MOREIRA

O processo de invasão das áreas da CJM configurou problemas de ordem jurídica e social, com o aumento da população imigrante de baixa renda que é manipulada e por vezes aliciada pelo tráfico e por grupos articulados num processo continuado de ocupação de áreas e prédios públicos. É sabido que os grandes movimentos de ocupação de imóveis da União compõem-se de grupos de grileiros, marginais, traficantes que ameaçam pessoas, instituições e o patrimônio do povo.

Na década de 90, mais precisamente no ano de 1996, com a aceleração desse processo, a direção da Colônia na época, diante de uma situação que colocava em cheque a instituição, procurou, por meio do Comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, soluções que coibissem e viabilizassem um plano de segurança para o Complexo CJM. Havia denúncias de que os pacientes estavam sendo utilizados como mulas (transportadores de drogas) para os traficantes; da existência de movimentos ilícitos de compra e venda de terras; da instalação de vários tipos de comércio, ferros-velhos; e de desmanches de carros roubados, dentre outras ocorrências policiais.

Essa questão, por sua relevância, foi incluída, desde o início, nas discussões da municipalização e foi contemplada nos documentos e projetos anteriores de reestruturação da Colônia Juliano Moreira. Diante dos fatos, a polícia militar apresentou à época o plano de segurança, objetivando a instalação de uma unidade do Batalhão de Operações Especiais e da companhia do Batalhão de Policiamento e de Meio Ambiente da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, propiciando a maior segurança aos Setores 1 e 2, com o desenvolvimento de programas e parcerias. A Secretaria Estadual de Segurança Pública financiaria a construção de casas para reassentar as famílias que ocupavam o Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios.

Em face da importância dessa parceria para dar sustentabilidade às ações no âmbito da Colônia Juliano Moreira, a coordenação do Grupo de trabalho e a representação da Fiocruz retomaram os contatos com o comando da Polícia Militar no Rio de Janeiro, que formalizou novo pleito, por meio do Ofício nº 516/2551/99, de 7/6/1999. Nas reuniões realizadas, ficou sinalizado não ser possível custear a desocupação do pavilhão, como proposto anteriormente. Contudo, o restabelecimento da perspectiva de uma atuação conjunta é por si só um saldo concreto de ação estratégica

para dar curso à preservação e segurança da área.

Por outro lado, a região da CJM é jurisdicionada, em termos de segurança pública, à Guarda Municipal, que teve representação no GT. Ambas as instituições foram assim acionadas para prover ações integradas no sentido de assegurar maior controle sobre a situação.

A previsão de uma ação imediata para coibir novas ocupações não se efetivou, proporcionalmente à gravidade da situação, restringindo-se a providências isoladas e pontuais. Para uma atuação regular na área seguem os principais tópicos e necessidades apresentadas pelos órgãos de segurança do estado e município.

8.1 Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE)

- Proposta apresentada pelo representante do BOPE, Major Alexandre Fontenelle de Oliveira, em reunião geral realizada em 18/12/2000, no Núcleo Estadual do MS, no Rio de Janeiro.

Pontos sensíveis

Serviços públicos; instalações da Colônia; terminais de transportes; instalações de interesses estratégicos; escolas; unidades militares; aspectos detectados quanto à segurança na CJM; vias de acesso; morros, favelas e conjuntos habitacionais.

Situação

A CJM pertence ao MS, possuindo uma área de $7.864.108,5 \text{ m}^2 = 786,4 \text{ ha}$, e uma população de aproximadamente 2.880 habitantes (Setores 1 e 2).

A Região Administrativa é a 15ª RA, sendo a Delegacia Policial a 32ª DP, e o Batalhão responsável pelo policiamento ostensivo, o 18º BPM. Está situada no Setor Charlie.

Em curto prazo o problema com as invasões poderão aumentar, assim como a criminalidade existente no local.

A CJM é administrada pelo MS e os hospitais são de responsabilidade do Município do RJ. Sua área está ocupada pelo Exército, pela Prefeitura e pelas invasões Dois Irmãos, Arco-Íris, Área Verde do Vale do Ipê e Entre Rios.

Aspectos detectados

A CJM possui um efetivo total de vinte e nove homens de plantão diariamente, mais um fiscal. O único acesso com veículos para o interior da Colônia vem a ser o da Rua Adauto Botelho.

Vias de acesso

Locais sujeitos às invasões ou ao aumento do índice da criminalidade:

- Rua Adauto Botelho: único acesso para veículos automotores, pela entrada principal, e acesso à comunidade (invasão) denominada Arco-Íris.
- Rua Sampaio Correia: um dos principais acessos.
- Estrada Nossa Senhora de Fátima: grande número de pedestres que utilizam uma ponte improvisada.
- Rua da Creche: acesso à Rua André Rocha, na Curicica.
- Rua Teixeira Brandão: comunidade (invasão) Dois Irmãos.
- Caminho da Cachoeira: (entrada) o outro extremo da CJM.

Sugestões para a melhoria

- Instalação de guaritas na interseção das ruas transversais com a Rua Adauto Botelho.
- Instalação de uma cancela na Rua Sampaio Correia, próxima ao Hospital Municipal Jurandyr Manfredini e ao Núcleo Ulisses Viana.
- Controle e fixação de adesivos numerados nos vidros dos carros dos moradores e funcionários.
- Os veículos sem o cartão ou adesivo serão relacionados por meio de uma ficha de controle de circulação.
- Controle das Kombis e Vans de lotação.
- Realização de um censo eficaz em relação aos moradores e funcionários.
- Controle de entrada de material de construção.
- Cadastramento de todos os proprietários e “invasores” das casas e terrenos.
- Na impossibilidade de instalar cancelas ou guaritas, implantar um posto avançado ao longo da Rua Adauto Botelho.

8.2 Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

Guarda Municipal/RJ – 7ª IGM

- Proposta apresentada pelo representante da Guarda Municipal, Roberto de Cerqueira Souza, substituto de Luiz Sérgio de Castro, em reunião geral realizada no dia 18/12/2000, no Núcleo Estadual do MS, no Rio de Janeiro.

Área de vigilância

Extensão territorial: 7.864.108,5 m²

População: aproximadamente 17.700 habitantes

Órgão de Apoio: 7ª IGM, 18º Batalhão de Polícia Militar e 32ª Delegacia de Polícia

Índice de criminalidade

Nas áreas invadidas no interior do Complexo, registre-se a prática de delitos tais como: estupros, assaltos, tráfico de entorpecentes, furtos em residências etc.

Pontos críticos

- Elevado índice de criminalidade.
- Área de preservação ambiental vulnerável à prática criminosa do plantio de *Canabis sativa*.
- Campos de futebol próximos às comunidades, servindo de concentração para viciados e traficantes.

Pontos sensíveis

- Portaria da entrada principal da CJM com acesso a todo o Complexo.
- Reservatório destinado ao abastecimento de água de todo o Complexo, localizado próximo às comunidades (áreas invadidas).
- Prédio Rodrigues Caldas, onde funciona o sistema administrativo da Colônia.
- Pavilhão Jurandyr Manfredini, destinado à internação de doentes graves.
- Bloco Médico-Cirúrgico Álvaro Ramos, para atendimento médico comunitário.
- Núcleos Franco da Rocha e Teixeira Brandão, destinados aos asilos femininos.
- Núcleo Ulisses Viana, destinado ao asilo masculino.
- Pavilhão Mário Pinoti, destinado à ressocialização de pacientes.
- Pavilhão Viana Castelo, destinado ao atendimento psiquiátrico.
- Pavilhão Agrícola.
- Igreja Paroquial Nossa Senhora dos Remédios.

Condições socioeconômicas da população/principais problemas

- População de baixa renda.
- Invasão de terras dentro dos limites da área da CJM.
- Animais soltos destruindo as áreas verdes.

- Presença de elementos desconhecidos praticando delitos.
- Tráfico de entorpecentes praticado por elementos procedentes de bairros próximos ao Complexo.
- Furto de terra de emboço danificando o solo, dentro dos limites da área da Colônia.
- Assédio e tentativa de estupro contra as internas femininas.
- Oficinas clandestinas localizadas em terrenos invadidos pertencentes ao Complexo.
- Comércio irregular de carnes bovina e suína praticado por ambulantes.

Meios de transporte

O meio de transporte diário de funcionários, residentes e visitantes é a linha de ônibus 762, Madureira-Colônia. No Largo do Reni, próximo à Colônia, os passageiros embarcam em um microônibus que leva ao interior do Complexo.

Postos de serviço e efetivo por turma

Para a cobertura na área do Complexo, será necessário um efetivo de 197 funcionários distribuídos em 20 postos situados desde a entrada principal, cobrindo a administração, pavilhões, núcleos e escola, até a cerca e a estação de tratamento de esgoto.

Estratégia de vigilância

Será utilizada uma vigilância fixa com dois guardas militares a pé, fixados nas unidades de saúde; e quatro guardas militares embarcados numa viatura acompanhados de um líder, para supervisão de toda a área, verificando os limites da “invasão” (Rua Teixeira Brandão).



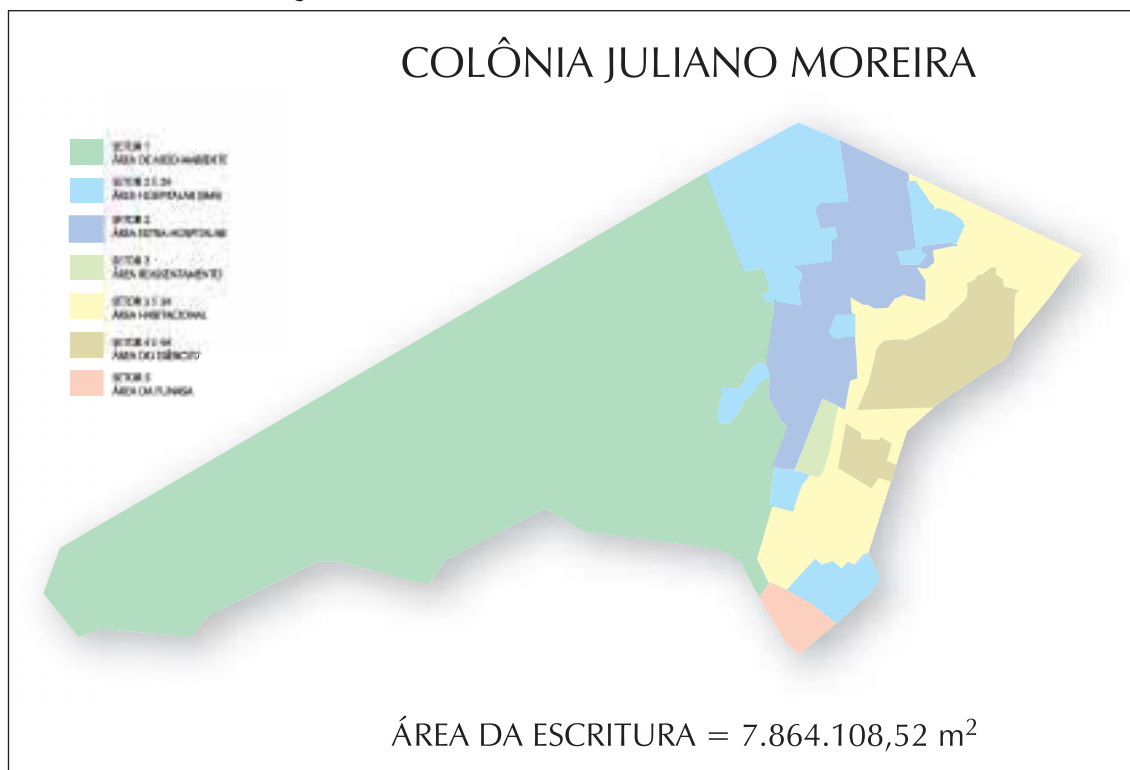
9. SETORIZAÇÃO DA ÁREA DA COLÔNIA JULIANO MOREIRA

Diante da ocupação da área e propostas de destinação os setores delimitados foram identificados e definidos cartograficamente, por uma empresa contratada, sendo que na fase conclusiva do relatório as informações foram atualizadas, incluindo o número de registro dos processos referentes às transferências da cada área.

9.1 Quadro Demonstrativo dos Setores

Setor	Área (m²)	Denominação	Entidades	Objetivo	Documentos referenciais
1	5.097.150,24 (Setor 1)	Área de meio ambiente	Fundação Oswaldo Cruz / MS	Pesquisa e produção de plantas e fármacos Bioprospecção e Banco de Germoplasma	Ofício nº 153/2000 -PR, de 2/6/2000 Aviso Ministerial nº 504, de 18/8/2000 Processo nº 10768.006993/95-68 (volumes I e II)
2	1.423.547,05 (Setor 2) 105.649,32 (Setor 2A) Total: 1.529.196,37	Área de uso especial • Setor 2 - Unidades de Assistência Psiquiátrica • Setor 2A - Hospital Raphael de Paula Souza	Prefeitura do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Secretaria de Educação Secretaria de Habitação	Serviços de saúde, educação e social de interesse do público (área de uso especial)	Convênio nº 031/96-01, de 27/6/96 Termo de cessão de uso de 3/3/1999 Aviso Ministerial nº 392, de 4/6/2001 Processo nº 05018.002278/2001-35
3	528.194,62 (Setor 3) 211.271,80 (Setor 3A) Total: 739.466,42	Área favelizada Casas • Setor 3 - Área maior • Setor 3A - Área Favela Dois Irmãos	Prefeitura do Rio de Janeiro Secretaria de Habitação	Regularização e urbanização (Projeto FavelaBairro)	Aviso Ministerial nº 392, de 4/6/2001 Processo nº 05018.02278/2001-35
4	340.002,40 (Setor 4) 76.275,59 (Setor 4A) Total: 416.277,99	Área do Exército • Setor 4 - Área maior • Setor 4A - Área com campo de futebol	Exército Brasileiro	Construção de residências oficiais e área de treinamento	Termo de entrega da Delegacia do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro ao Ministério do Exército, conforme o processo MF nº 0768-022.251/92-64, de 15/8/1996
5	82.017,50 (Setor 5)	Área hospitalar federal	Fundação Nacional de Saúde / MS Centro de Referência Professor Hélio Fraga	Centro Nacional de Referência de Pneumologia	Processo nº 10768.015667/99-39 Aviso Ministerial nº 832, de 14/12/2000
Área total: 7.864.108,52 m²					

9.2 Planta de Situação Geral



9.3 Percentual das Áreas Referentes aos Setores da CJM

Setores	Entidade	Metragem da área (m ²)	Metragem global	Porcentagem
Setor 1 Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz ⁽¹⁾	371.640,05	5.097.150,24	64%
	Instituto Estadual de Florestas	34.800,00		
	Área de preservação ⁽¹⁾	4.091.027,38		
	Batalhão de Operações Policiais Especiais ⁽¹⁾	599.682,86		
Setor 2 e 2A Prefeitura	Núcleo Franco da Rocha	36.604,00	759.973,32	10%
	Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira	468.845,00		
	Núcleo Ulisses Viana	61.850,00		
	Hospital Municipal Álvaro Ramos	9.650,00		
	Hospital Municipal Jurandyr Manfredini	15.102,00		
	Núcleo Teixeira Brandão	35.198,00		
	Setor 2A (Hospital Raphael de Paula Souza)	105.649,32		
	Reassentamento	27.075,00		
Setor 2 Prefeitura	Área extra-hospitalar	769.223,00	769.223,05	11%
Setor 3 Prefeitura	Área habitacional (invasão)	528.194,62	739.466,42	9%
Setor 3A Prefeitura	Área habitacional (invasão)	211.271,80		
Setor 4 Exército	Área reservada ao Exército	340.002,40	416.277,99	5%
Setor 4A Exército	Área reservada ao Exército	76.275,59		
Setor 5 Funasa	Centro de Referência Professor Hélio Fraga (unidade hospitalar)	82.017,50	82.017,50	1%
Total		7.864.108,52	7.864.108,52	100%

⁽¹⁾ As metragens foram projetadas tendo como base os convênios da Fiocruz em negociação.

10. PROPOSTA FINAL DE DESMEMBRAMENTO DA ÁREA TOTAL DA COLÔNIA JULIANO MOREIRA

Com base nas orientações dos dirigentes, no material produzido nas reuniões do GT, nas negociações e nas contribuições dos segmentos envolvidos e fundamentados na legislação vigente, a Secretaria de Patrimônio da União e o Ministério da Saúde, por meio de seus representantes, concluíram pela apresentação da proposta final de desmembramento da área total da Colônia Juliano Moreira, estabelecendo as destinações de cada setor e os encargos a serem atribuídos a cada cessionário, constantes no instrumento de transferência pertinente. O projeto em questão foi apresentado em reunião plenária final do GT, em 18/12/2000.

Trata-se de documento básico que norteia a implementação dos procedimentos finais, achando-se a versão que ora se apresenta atualizada de acordo com os processos administrativos de transferência de cada área, formados a partir de 18/8/2000, em decorrência dos Avisos do Ministro da Saúde dirigidos ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Setor 1

Área total: 5.097.150,24 m²

Destinação: Fiocruz

Tipo do contrato: Preliminarmente, a área e as benfeitorias ali edificadas terão sua guarda e conservação transferidas à Fiocruz, até a conclusão do Plano Diretor de uso da área a ser elaborado e apresentado pela citada instituição, e da regularização do desmembramento junto ao Cartório de Registro de Imóveis, procedimentos básicos para a instrução processual visando a formalização de **Contrato de Doação do domínio pleno do imóvel** (terreno e benfeitorias), com cláusula de reversão no caso de ser a ele dado uso diverso do especificado no instrumento em questão, que observará os quesitos constantes do Plano Diretor de início citado. A transferência da posse, guarda e conservação permitirá o início da celebração de convênios entre a Fiocruz, Governos Estadual e Municipal do Rio de Janeiro, e até mesmo com terceiros com atividades ligadas à sua área de ação.

Encargos

a) Apresentação do Plano Diretor, **no prazo máximo de 6 meses**, a contar da transferência da posse, guarda e conservação da área, estabelecendo, dentre outras coisas:

- as áreas e o percentual a ser destinado às suas atividades-fim e aos convênios;
- definição dos convênios prioritários, com respectivas previsões de prazo de execução;
- projetos permanentes de curto, médio e longo prazos.

b) Cadastramento das ocupações existentes, **no prazo máximo de 6 meses**.

c) Detalhamento das ações destinadas à inibição de novas ocupações e de preservação e recuperação dos recursos hídricos da região e da biodiversidade da área.

d) Apresentação, **no prazo máximo de 6 meses**, de plantas das benfeitorias erigidas pela União Federal com suas características construtivas (pavimentos, área de cada pavimento e área total construída).

e) Observar, nas eventuais ampliações de benfeitorias, a legislação ambiental.

f) Apresentação dos programas de cooperação nas áreas de segurança e meio ambiente, com vistas à manutenção da integridade do imóvel.

g) Cumprir todos os compromissos de quitação de taxas incidentes sobre o imóvel, de forma a evitar eventuais ações judiciais de cobrança.

Setor 2

Área total: 1.423.547,05 m²

Destinação: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Tipo de contrato: Preliminarmente, será lavrado um contrato de cessão de uso sob o regime de aforamento, cedendo-se o domínio útil do terreno e o domínio pleno das benfeitorias, com cláusulas prevendo encargos e a possibilidade de alienação de parte da área, com percentual ainda a ser definido, revertendo o produto da venda, obrigatoriamente, para viabilização de projetos nas áreas de saúde, cultural e social a serem ali implantados. Após o cumprimento dos encargos, a área e as benfeitorias remanescentes poderão ser doadas ao município, sendo o contrato lavrado com cláusula de reversão ao Patrimônio da União, no caso de ser dado ao imóvel uso diverso do especificado no instrumento em questão.

Encargos: A presente área é a mais complexa de todo o contexto. Ela é constituída por unidades hospitalares e administrativas, residências funcionais edificadas pela União Federal e terrenos ocupados por antigos servidores, ou seus parentes, com benfeitorias construídas pelos ocupantes; e por algumas construções comerciais, além de áreas desocupadas e unidades hospitalares desativadas invadidas por famílias de baixa renda. Como pode-se verificar, o Setor 2 tem uma ocupação mista, áreas desocupadas entremeando-se às unidades e residências, inexistindo uma separação física da atividade hospitalar e administrativa com as demais áreas. Deve-se ressaltar, ainda, a necessidade de se desenvolver um projeto social de desocupação das unidades hospitalares desativadas existentes nos Setores 1 e 2, que, com o passar do tempo, foram ocupadas por famílias carentes. Para tanto, utilizar espaços vazios do Setor 2 e, prioritariamente, do Setor 3 para um programa de reassentamento. Assim, concluiu-se inviável pensar-se em soluções isoladas, sendo, pois, recomendável atribuir-se ao município encargos que redundem em ações, visando a regularização das ocupações existentes e a elaboração de um plano de utilização da área como um todo, levando-se em conta, prioritariamente, o desenvolvimento de projetos voltados às áreas de saúde e social. Ao final, poderá ser analisado um eventual aproveitamento das áreas que venham a permanecer desocupadas, para outros empreendimentos, tendo presente, obrigatoriamente, a prévia apresentação do projeto a uma comissão formada por representantes do Ministério da Saúde, da Gerência Regional da SPU no Estado do Rio de Janeiro e do próprio município, para exame e aprovação, acompanhado dos respectivos estudos e relatórios de impacto ambiental.

Além da situação acima enfocada, verifica-se que as edificações construídas pela União Federal não possuem “habite-se” e não estão averbadas no Registro de Imóveis. A mesma situação se estende aos Setores 1, 2A e 5, sendo que no Setor 1 existem ocupações irregulares em algumas pequenas áreas e em unidades hospitalares desativadas.

Sendo o município o atual gestor do serviço hospitalar e estando a ele afetas as ações voltadas ao exame e liberação de “habite-se”, a aprovação de projeto de loteamento e dos projetos sociais de regularização fundiária e de saneamento básico, nos moldes do Programa Favela Bairro, entendem os representantes do Ministério da Saúde e da Gerência Regional da SPU que a transferência do setor em causa dever-se-á processar mediante a **atribuição dos seguintes encargos:**

1) Apresentação, **no prazo de 6 meses**, contados da data da primeira reunião com os representantes do município nomeados pelo novo prefeito, de Plano Diretor de ocupação do Setor 2, estabelecendo:

- a área e o percentual a ser destinado ao uso exclusivo da **atividade de saúde, considerada prioritária**;
- projetos na área de saúde a curto, médio e longo prazos, tendo presente que a Colônia, como Núcleo Asilar de Doentes Mentais, tende a ser desativada;
- prazos para desocupação dos pavilhões Ulisses Pernambucano (Faixa Azul), Nossa Senhora dos Remédios (este último situado dentro do Setor 1), Egas Moniz, Antiga Creche e Antiga Área do Laboratório;
- a definição de áreas ainda desocupadas no Setor 2, preferencialmente localizadas nos limites com o Setor 3 de forma a criar uma concentração de residências, favorecendo, com isso, futuros projetos de desmembramento. As áreas em questão serão destinadas ao reassentamento das populações ocupantes dos pavilhões citados no parágrafo anterior, ficando, desde já, estabelecido que **a área caracterizada na planta do Setor 2 como área de reassentamento destina-se a abrigar os ocupantes do pavilhão situado no Setor 1 e das ocupações localizadas no Caminho da Cachoeira e estrada do Fincão**;
- programa de segurança do Setor 2 com vistas à fiscalização do acesso pelo portão principal e à inibição de novas invasões, que deverá ser implantado imediatamente após a apresentação do Plano Diretor, observado o trabalho desenvolvido pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Guarda Municipal, que constitui parte do Relatório Geral;
- a caracterização do Setor 2 como **área de uso especial durante o período de, no máximo, 24 meses**, a contar da apresentação do Plano Diretor, quando então poderá ser reavaliada e, se for o caso, serão analisados eventuais projetos para as áreas que permanecerem desocupadas e a transformação da área residencial em bairro, de forma a permitir a venda do domínio útil aos ocupantes que detenham o direito real de uso dos respectivos terrenos, revertendo a receita dessa venda ou mesmo dos atuais imóveis residenciais ao município para aplicação obrigatória nos projetos de saúde, cultural e social previstos para o setor, dispensando-se, no caso, o recolhimento do

primeiro laudêmio e inscrevendo os novos proprietários do domínio útil na situação de foreiros à União Federal;

- a preservação do patrimônio histórico tombado, com a retirada de algumas ocupações existentes no local e apresentação dos projetos de aproveitamento da área;

2) Desocupação do Horto e do Pavilhão Agrícola situados no Setor 1, **nos prazos de 6 e 12 meses**, respectivamente;

3) Fornecimento de “habite-se” das construções realizadas pela União Federal nos Setores 1, 2, 2A e 5 para permitir a competente averbação dessas edificações no RGI, **no prazo máximo de 12 meses**, de forma a instruir processo administrativo para elaboração do instrumento de transferência definitiva do domínio útil das áreas respectivas e do domínio pleno das benfeitorias;

4) Cadastramento dos ocupantes de imóveis residenciais edificados pela União Federal e por terceiros, no prazo máximo de 6 meses;

5) Elaboração de plano de loteamento e de desmembramento das áreas residenciais localizadas no Setor 2, regularizando sua situação ocupacional, **no prazo máximo de 12 meses**, sob o regime de locação, no caso das residências construídas pela União; e sob o regime de concessão de direito real de uso dos terrenos cujas edificações foram realizadas por terceiros;

6) Designação de um representante, de preferência ligado ao gabinete do prefeito, para desempenhar a função de Gestor dos Projetos para os Setores 2, 2A, 3 e 3A, que irá compor o Comitê Fiscalizador da execução dos encargos. O referido comitê será criado por ato conjunto dos Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a participação de um representante de cada área, tendo como objetivo avaliar em reuniões, com periodicidade a ser definida em seu Estatuto, o cumprimento dos prazos estabelecidos para cada um dos encargos constantes do contrato de cessão e eventuais projetos a serem implantados no Setor 2. A primeira reunião formal do Comitê ocorrerá 15 dias após a data de assinatura do contrato de cessão;

7) Apresentação prévia ao Comitê acima citado, para exame e manifestação a respeito, de projetos de qualquer espécie a serem implantados no Setor 2, sempre acompanhados do EIA/RIMA, para que sejam analisados quanto à sua efetiva compatibilidade com o segmento hospitalar e com relação aos aspectos ambientais da região;

8) Garantia de acesso à Fiocruz ao Setor 1.

Setor 2A

Área total: 105.649,32 m²

Destinação: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Saúde - Hospital Raphael de Paula Souza

Tipo de contrato: A transferência para o município poder-se-á processar por **doação** do domínio pleno do terreno e das benfeitorias, com a inclusão de **encargo** restringindo seu uso à área de saúde, sendo prevista a sua reversão ao Patrimônio da União no caso de cessar sua utilização nessa atividade ou se, eventualmente, for dado a ele uso diverso do ali consignado.

Encargo: Projeto de utilização do imóvel a curto, médio e longo prazos.

Setor 3 e 3A

Área total Setor 3: 528.194,62 m²

Área total Setor 3A: 211.271,80 m²

Destinação: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Tipo de contrato: O domínio pleno das duas áreas será transferido por meio de contrato de doação com vistas a se desenvolver projeto de regularização fundiária e de saneamento básico do local, no estilo do Programa Favela Bairro.*

Encargo: Projeto para o local e os prazos de execução.

Setor 4 e 4A

Área total Setor 4: 340.002,40 m²

Área total Setor 4A: 76.275,59 m²

Destinação: Exército Brasileiro.

Tipo de contrato: As duas áreas já estão sob a jurisdição do Exército Brasileiro, por meio de Termos de Entrega lavrados em livro próprio da Gerência Regional do Patrimônio da União.

* Texto atualizado pelo representante da SPU/MP e constante no processo de transferência da área em curso, inicialmente está previsto uma cessão sob regime de aforamento.

Área total: 82.017,50 m²

Destinação: Fundação Nacional de Saúde.

Tipo de contrato: Preliminarmente, a área e as benfeitorias ali edificadas terão sua posse, guarda e conservação transferidas à Funasa, até a conclusão da regularização do desmembramento da área junto ao Cartório de Registro de Imóveis, procedimento básico para a instrução processual visando à formalização de **Contrato de Doação do domínio pleno do imóvel** (terreno e benfeitorias), com cláusula de reversão no caso de ser a ele dado uso diverso do especificado no instrumento em questão.

Encargos: Detalhamento dos projetos para o local e dos convênios e parcerias previstos:

- 
- fornecimento de plantas baixas e características construtivas das benfeitorias (número de pavimentos, metragem quadrada de cada pavimento e total);
 - apresentação dos programas de cooperação nas áreas de segurança e meio ambiente, com vistas à manutenção da integridade do imóvel;
 - cumprimento de todos os compromissos de quitação de taxas incidentes sobre o imóvel, de forma a evitar eventuais ações judiciais de cobrança;
 - observação da legislação ambiental nas eventuais ampliações de edificações.



11. ESTÁGIO ATUAL DOS TRABALHOS

Setor 1 - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Realizado

- Delimitação da área destinada à Fiocruz (Setor 1) e definição dos encargos e ações.
- Elaboração de Plano Diretor preliminar.
- Identificação de cadastro das ocupações de 1999, pelo Setor de Assuntos Urbanos da Colônia Juliano Moreira.
- Apresentação de ações prioritárias para um Plano de Segurança pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE/Secretaria Estadual de Segurança Pública).
- Elaboração de Minutas de Convênios com o Instituto Estadual de Florestas (IEF)/Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais (SEMAM) e o BOPE/SESP.
- Proposição de projetos de curto, médio e longo prazos.
- Definição de área no Setor 2 para remanejamento da população que habita as áreas de risco no Setor 1.
- Ações de inventariança dos bens imóveis, com a expedição de Aviso Ministerial à SPU, solicitando a transferência provisória da posse, guarda e conservação do imóvel até a conclusão dos procedimentos para sua transferência definitiva (Aviso Ministerial nº 504, de 18/8/2000).
- Transferência pela SPU da guarda e conservação da área, com a autorização de estabelecimento de convênios, por parte da Fiocruz (Ofício SPU/MP nº 27, de 8/1/2001).
- Formação do processo nº 10768.006993/95-68 (vols. I e II).
- Reunião em 28/3/2001 com a direção da Fiocruz, SPU/MP e MS para avaliação das providências.
- Reuniões entre a Fiocruz, BOPE e IEF para definição de parcerias.
- Ofício nº 117/2001-PR, de 1º/6/2001, que solicita a extensão do prazo por mais 6 meses para a conclusão dos trabalhos para transferência definitiva (posse) do Setor 1 à Fiocruz.
- Ofício GRPU/SEONE/RJ nº 653, de 10/7/2001, que informa a extensão do prazo para entrega da documentação necessária para a trans-

ferência definitiva do Setor 1 à Fiocruz, até meados de novembro de 2001.

- Portaria da Presidência da Fiocruz nº 176/2001-PR, de 12/4/2001, que constituiu o Grupo de Trabalho para avaliação do processo de transferência da área do MS para a Fiocruz.
- Portaria da Presidência da Fiocruz nº 299/2001-PR, de 21/6/2001, que prorroga o prazo por mais 180 dias para a conclusão dos trabalhos para transferência da área do MS para a Fiocruz.

Ações futuras

- Análise e aprovação do Plano Diretor e o conseqüente início do desenvolvimento de seus projetos de curto prazo.
- Estabelecimento de contratos/convênios de forma a promover a efetiva ocupação da área, visando, inclusive, a sua segurança e preservação.
- Reunião entre a Fiocruz e a Secretaria Municipal de Saúde para definição da etapa de transição e transferência da área, com o estabelecimento de acordo institucional com a SMS sobre o processo de transição referente aos contratos de segurança, limpeza e manutenção predial, e dos prazos de liberação dos imóveis atualmente ocupados pela SMS.

Setores 2 e 3 - Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro

Realizado

- Delimitação das áreas a serem transferidas e definição dos encargos.
- Delimitação da área destinada ao assentamento das ocupações existentes no Setor 1.
- Definição pela Secretaria Municipal de Saúde das construções e áreas pretendidas para desenvolvimento de suas atividades.
- Ações de inventariança dos materiais permanentes, imóveis, acervo documental, sistemas de controle e cessão de pessoal, com a expedição do Aviso Ministerial nº 392, de 4/6/2001, solicitando a transferência provisória da guarda e conservação dos Setores 2, 2A, 3 e 3A.
- Formação do processo nº 05018.002278/2001-35/MP.
- Reunião entre a Secretaria de Patrimônio da União/MP e a Secretaria de Habitação em 18/12/2000, visando o estabelecimento de um Protocolo de Intenções sobre o repasse da área e a modificação do tipo de contrato relativo aos Setores 3 e 3A.

- Reunião do MS com a SMS, em 29/3/2001, sobre os procedimentos necessários à implementação das transferências.
- Reunião inicial da Fiocruz com a SMS, em 10/10/2001, sobre a fase de transição da área e as desocupações da edificações.

Ações futuras

- Definição da destinação da área extra-hospitalar.
- Reunião entre a Fiocruz e a SMS para definição da fase de transição do repasse da área do Setor 1, que abriga pacientes ou atividades com pacientes.
- Avaliação e aprovação dos encargos propostos.
- Efetivação de Protocolo de Intenções entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Patrimônio da União, e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.
- Avaliação da transferência do Hospital Raphael de Paula Souza quanto aos aspectos processuais e inventariança.

Setores 4 e 4A - Exército Brasileiro

As áreas que constituem os Setores 4 e 4A já estão sob a jurisdição do Exército Brasileiro, por meio de Termos de Entrega formalizados pela SPU.

A equipe de engenharia subordinada ao Comando da 1ª Região Militar, de posse do plano altimétrico e planta topográfica da área, realizou, a título de colaboração, trabalho de campo avaliando as poligonais externas do imóvel, em face de erros verificados entre os dados constantes dos documentos cartoriais e de registros cadastrais disponibilizados à empresa Work Engenharia e Serviços, para elaboração do material cartográfico contratado. Tal parceria vem possibilitando promover os ajustes necessários, de forma a definir com precisão as áreas dos setores a serem desmembradas.

Setor 5 - Fundação Nacional de Saúde

Realizado

- Delimitação da área destinada à Funasa (Setor 5) e definição dos encargos.
- Fornecimento das plantas baixas e características construtivas das benfeitorias.
- Acordo de uso compartilhado de instalações entre a direção do Centro de Referência Hélio Fraga e a direção do Hospital Raphael de Paula Souza.

- Expedição de Aviso Ministerial à SPU solicitando a posse, guarda e conservação do imóvel até a conclusão dos procedimentos para sua transferência definitiva (Aviso Ministerial nº 832, de 14/12/2000).
- Formação do processo nº 10768.015667/99-39.

Ações futuras

- Reunião com o coordenador regional da Funasa/MS e a direção da unidade para estabelecimento dos procedimentos finais, visando à lavratura do contrato de doação da área e das benfeitorias, prevendo-se a respectiva averbação dos imóveis.
- Avaliação dos procedimentos cabíveis quanto a parte da área ocupada por posseiro.



12. AÇÕES DE INVENTARIANÇA

Dentre os encaminhamentos propostos para regularização da municipalização da Colônia Juliano Moreira está a Portaria MS/SE nº 879, de 18/11/1999, que instituiu o processo de inventariança da CJM. Em 24/12/1999, foram criadas, por meio de portarias específicas, as subcomissões de inventário de acervo de documentos, bens imóveis, materiais permanentes e pendências contábeis. O objetivo desse trabalho foi garantir procedimentos conclusivos solicitados pelas áreas de controle, regularizando os aspectos administrativos e patrimoniais.

Em função da grande extensão territorial da CJM, da inexistência de informações atualizadas sobre as ocupações e da presença de atividades e situações que extrapolam o setor saúde, configurou-se um cenário com variáveis diversas que fizeram prorrogar o processo de conclusão dos trabalhos, exigindo interação com entidades municipais, estaduais e federais.

Acrescente-se ainda que o convênio de pré-municipalização data de 27/6/1996 e, na época da referida transferência da gestão para a Secretaria Municipal de Saúde, não foi realizado ato formal de repasse dos bens patrimoniais, tendo sido assinado o Termo de Cessão definitiva em 3/3/1999, com a pendência do presente inventário.

Aos inerentes desafios permearam-se oportunidades, a superposição da coordenação de ambos os trabalhos – GT e inventário –, por exemplo, ao mesmo tempo em que viabilizaram medidas concretas e a obtenção de resultados, ampliaram sobremaneira as responsabilidades na condução das tarefas, impondo limites operacionais. Tanto a coordenação como todos os efetivos participantes dos levantamentos realizados não se eximiram de suas atividades ordinárias e executivas.

No processo de inventariança, a Secretaria Municipal de Saúde atuou por meio da Direção do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira e de sua equipe. A representante formalmente indicada pelo secretário transferiu-se para outra unidade, afastando-se dos trabalhos. Por parte do Ministério da Saúde, a equipe envolvida foi basicamente representada por membros da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e do Núcleo Estadual do Rio de Janeiro.

Cabe enaltecer a participação do grupo de profissionais que, de fato, colaborou e empenhou-se na conclusão das atividades, como também agradecer o apoio dos dirigentes na condução das prorrogações dos prazos

solicitados e no provimento das condições necessárias à finalização desse processo que possibilita a regularização das doações e transferências dos bens inventariados à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, incluindo os aspectos relativos a cessão e transferência de áreas integrantes do próprio em questão.

Como ponderação final, observa-se que as plantas de situação elaboradas pela empresa contratada somente ficaram disponíveis no mês de maio de 2001, tendo ocorrido, após a entrega, uma série de problemas de leitura dos disquetes encaminhados. Constatou-se, pela conferência dos dados com as informações levantadas sobre os bens imóveis, algumas lacunas informacionais, o que demandou maior prazo para as principais correções e o fechamento do presente relatório.

Afora os comumentes contratempos, o inventário em lide apenas referencia um universo histórico seu formato processual está muito distante da possibilidade de contactar e perceber, em sua plenitude, a riqueza da dimensão ambiental, cultural e social da Colônia Juliano Moreira. Visa não somente cumprir ritos, mas fortalecer as parcerias institucionais, sendo concebido não como um desfecho, mas como um novo ponto de partida para iniciativas em prol desse patrimônio público tão significativo e especial.

12.1 Bens Imóveis

A Colônia Juliano Moreira é um complexo psiquiátrico fundado em 1924 na antiga Fazenda Engenho Novo, ocupando uma área de 7.864.108,52 m² e tendo em seu entorno as serras do Nogueira e do Quilombo. Está localizada na Estrada Rodrigues Caldas nº 3.400, em Jacarepaguá, no bairro da Taquara, na cidade do Rio de Janeiro, circundada pelos bairros do Camorim e Curicica. Grande parte das terras é formada de um dos últimos remanescentes da floresta de Mata Atlântica dentro de uma metrópole. Contém, ainda, várias construções de estilos arquitetônicos do século passado, sendo detentora de significativo acervo histórico e cultural.

12.2 Situação Patrimonial

No Sistema Patrimonial Imobiliário da União (SPIU) consta a escritura de desapropriação da área e anotações das benfeitorias ali edificadas, as quais não têm averbação no Registro Geral de Imóveis (RGI).

O imóvel constava no cadastro do Patrimônio Imobiliário da União sob o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) nº 6001.00488.500.8, sendo que

na atualização, de 8/6/1983, o valor venal do imóvel registrava CR\$ 13.147.185,00. Em 22/2/1991, sua reavaliação apresentava um acréscimo de 10%, ou seja, R\$ 13.147,18.

A partir do levantamento planialtimétrico e cadastral da CJM, a Gerência Regional do Patrimônio da União já cadastrou no atual Sistema de Recadastramento de Próprios Nacionais, implantado pelo MP, os desmembramentos das áreas por setores, prevendo-se como próxima etapa o registro cartorial, quando cada setor receberá uma matrícula própria. Os processos com este fim já estão em curso. A atualização do valor de R\$ 275.243.798,20 consta no atual RIP de nº 6001016575002, e refere-se ao terreno.

Objetivando a conclusão das pendências, a inclusão das benfeitorias identificadas no processo de inventariança, apresenta-se como um encargo de cada entidade cessionária envolvida, que será responsável pela obtenção dos memoriais descritivos de cada edificação, com correspondente planta de situação, cumprindo os requisitos para averbação dos bens nos respectivos registros imobiliários de cada setor.

O cadastro e a regularização das ocupações por terceiros, em casas e prédios erigidos pelo governo, como também dos invasores que construíram em terras públicas, também são objeto dos contratos de transferência das áreas.

Foi efetivada baixa no SPIU relativa ao MS e o imóvel passou à jurisdição da Secretaria de Patrimônio da União que, prontamente, efetivou o desmembramento de cada área identificada com um novo RIP atualizando-se os valores de cada terreno. Registre-se que o processo referente à área total

Registro Imobiliário Patrimonial (RIP)

Área	Nº do processo	RIP	Valor (R\$)	Valor global (%)
Setor 1	05018.002278/2001-35	6001016885008	178.400.258,40	64
Setor 2	05018.002278/2001-35	6001016895003	49.824.146,75	21
Setor 2A	05018.002278/2001-35	6001017085005	3.697.726,20	
Setor 3	05018.002278/2001-35	6001016905009	18.486.811,70	9
Setor 3A	05018.002278/2001-35	6001016915004	7.394.502,50	
Setor 4	10768.022251/92-64	6001003555004	11.787.895,00	5
Setor 4A	10768.013669/92	6001015635008	2.669.645,65	
Setor5	05018.002278/2001-35	6001017075000	2.870.612,50	1

da CJM, que consta no RIP nº 6001016875002 da Secretaria de Patrimônio da União, correspondem aos processos específicos do quadro demonstrativo de setores.

É importante ressaltar, quanto ao valor da área, que será realizada ainda uma nova avaliação, tendo em vista as benfeitorias e melhoramentos realizados na instituição, inclusive no período do convênio de pré-municipalização e depois pelo município, os quais deverão ser incorporados ao valor do imóvel.

12.3 Serviço Planialtimétrico e Cadastral da Área

Para avaliar e melhor definir a destinação das áreas, foi contratado pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, em 10/5/2000, o serviço topográfico para realizar o levantamento planialtimétrico e cadastral, de responsabilidade da Empresa Work Engenharia e Serviços. O objetivo era viabilizar as condições de demarcação das áreas a serem desmembradas e obter um cadastro das edificações.

A partir dos levantamentos realizados anteriormente, inclusive topográfico, e do trabalho de campo, delimitaram-se fronteiras, estabelecendo um memorial descritivo de cada setor. Na primeira etapa pesquisou-se a documentação existente (plantas, mapas, registros fotográficos, cadastros), e fez-se um levantamento preliminar das unidades, residências e invasões localizadas na área escriturada, cuja extensão é de 786 hectares.

A partir dos dados da escritura da antiga Fazenda do Engenho Novo, onde está situada a Colônia Juliano Moreira, e com a ajuda do levantamento aerofotogramétrico, foi possível fazer a identificação dos relevos, cumes e divisores d'água.

Diante da necessidade de complementações, principalmente sobre as informações da metragem das edificações do Setor 1, o contrato foi aditivado em 23/11/2000, ampliando o prazo de encaminhamento das ações. Em 14/5/2001, o resultado final, após recebimento pelo Núcleo de Engenharia do NERJ/MS, foi encaminhado à presidência do GT. Foi entregue uma planta de situação geral com escala de 1/5000 com a projeção de todos os setores, memoriais descritivos, o conjunto das edificações; e 20 plantas de situação na escala 1/500, com as edificações dos Setores 1 e 2. Os serviços constam do Processo nº 25001.003196/2000-05, e totalizaram um custo global de R\$ 70.728,00.

No parecer técnico da empresa constam as divergências existentes com relação aos dados da escritura do imóvel e o levantamento realizado. Tal fato motivou a parceria entre a SPU e a Engenharia do Exército, para conferência das poligonais e externas da área, trabalho que subsidiará a correção do registro do imóvel.

Na conferência final das edificações públicas, um dos pontos observados na planta de situação de 1/5000 foi quanto aos imóveis residenciais funcionais, que somam cerca de 104, enquanto o levantamento da Empresa Work Engenharia e Serviços só relacionou 88. Também não foram caracterizadas algumas edificações públicas no Setor 2. Tais fatos foram prontamente comunicados à unidade técnica responsável, ou seja, o serviço de engenharia do NERJ/MS, que procedeu correções, entregando a versão final em 9/11/2001. Com o apoio do serviço de engenharia do Ministério da Saúde, em Brasília, a coordenação do inventário trabalhou na complementação da especificação de legenda na planta de situação de 1/5000.

Tendo em vista que a cada cessionário será exigida a averbação das benfeitorias, o que requer elaboração de memorial descritivo e planta baixa, a coordenação do inventário apresenta dados e informações referenciais dos bens imóveis, relacionados por setor e ilustrados por fotografias. Para efeito de registro, a planta de situação final considerada compõe o anexo XVIII, constando no processo, para quaisquer verificações, as plantas de situação originais apresentadas pela firma contratada.

12.4 Subcomissão de Bens Imóveis

Os dados apresentados pela presidência da subcomissão de bens imóveis (Portaria SAA/MS nº 50, de 24/12/1999) foram utilizados em parte, complementando os dados da Empresa Work Engenharia e Serviços, a qual não apresentou o cálculo da metragem de todas as edificações nas plantas de situação de 1/500.

No caso do relatório do cadastro imobiliário, único levantamento apresentado pela subcomissão, o item relativo a casas funcionais informa a existência de 190 imóveis, incluindo nesse universo residências fixadas nos pavilhões invadidos, dado diferenciado quando da caracterização geral dos imóveis, do presente relatório.



Destaque-se ainda, segundo os dados apresentados, a existência de 741 residências de terceiros nos Setores 1 e 2. Esse dado deverá ser confirmado posteriormente, por meio de um cadastramento total dessa população.

12.5 Caracterização dos Setores

Setor 1

Caracteriza-se por ser uma área de conservação e preservação do meio ambiente. Permanece jurisdicionado à esfera federal de saúde, e está em processo de transferência à Fundação Oswaldo Cruz.

Integra o setor uma grande edificação conhecida como Pavilhão Agrícola, ocupado em parte por 70 pacientes, aproximadamente, os quais serão absorvidos pelas unidades hospitalares do Setor 2. O prédio tem problemas de estrutura já identificados pela Defesa Civil, sendo que para sua ocupação integral há necessidade de obras. As rachaduras existentes são associadas às atividades e explosões de uma pedreira existente na área. Durante as discussões do GT, a questão da pedreira ficou de ser verificada pela Secretaria de Meio Ambiente. Cabe à cessionária dar prosseguimento e averiguar se a firma responsável atua em conformidade com a legislação.

Existem dois hortos, um oriundo do convênio entre o Instituto Estadual de Florestas e a antiga direção da CJM. O Instituto Estadual de Florestas investiu na instalação de infra-estrutura para a produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, com vistas ao reflorestamento do Maciço da Pedra Branca. As três casas com estrutura de madeira existentes são assinadas pelo artista e arquiteto José Zanine Caldas.

Também integrante do projeto inicial, o outro horto foi construído pelo Ministério da Saúde para atender o projeto de produção de plantas medicinais. No momento, as instalações estão sendo utilizadas por pacientes do Hospital Municipal Jurandyr Manfredini. Sua desocupação ocorrerá mediante a obtenção de condições e infra-estrutura para abrigar tais atividades de terapia no Setor 2. Constam, ainda, neste Setor 1, cerca de seis casas identificadas como funcionais (Rua Caminho da Cachoeira).

O Setor 1 abriga uma população que vive em situação precária e de risco, como é o caso da população que mora no pavilhão desativado Nossa Senhora dos Remédios e no caminho da Cachoeira, conhecido como Planeta dos Macacos. No projeto de ordenamento da ocupação e uso da área em lide, ficou acertada junto aos órgãos partícipes a garantia de remaneja-

mento dessas comunidades, tirando-as da situação atual de inabitabilidade. Definiu-se um terreno dentro do Setor 2, fronteiro ao Setor 3A, especificamente para esse propósito, caracterizado como área de reassentamento com possibilidade inicial de abrigar cerca de 148 famílias.

Existe uma população que se denomina de “posseiros” e ocupa alguns pequenos sítios e chácaras com exploração agrícola de subsistência, sendo premente o monitoramento dessa comunidade, por parte da cessionária.

Setor 2 e 2A

O Setor 2 compreende uma área plana ocupada principalmente por três hospitais, aos quais se vinculam os demais serviços existentes, quais sejam: Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, Hospital Municipal Jurandyr Manfredini e o Hospital Municipal Álvaro Ramos.

É nessa área de uso do setor saúde que se encontra o conjunto arquitetônico histórico, com edificações tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (InEPAC). O estado de preservação desse patrimônio é pauta de notificação emitida pela Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro ao Secretário-Executivo do MS, em busca de responsabilizar a precariedade e dilapidação desse acervo cultural. Há perspectiva de revitalização da área retornando-se mais uma vez à proposta inicial de municipalização, ou seja, a criação de um corredor cultural.

Registra-se, também, a presença de outros órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro nessa área, como a Secretaria Municipal de Educação, por meio da Escola Municipal Juliano Moreira (antiga Escola Adib Jabour); e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio da ONG Rio Voluntário. Para melhor identificação, a área extra-hospitalar foi ressaltada na planta de situação em tom de azul mais escuro, e intermeia a área de uso hospitalar, que não é contínua e soma cerca de sete terrenos.

O setor abriga ainda a maioria das casas funcionais e várias ocupações de terrenos. Inclusive estão em atividade diversos comércios, preliminarmente identificados.

O Setor 2A compreende o ex-hospital federal Raphael de Paula Souza, o qual foi municipalizado nesse percurso, pelo Termo de Cessão de Uso de 29/12/1999. Por constituir-se como unidade independente da estrutura da CJM, não foi contemplado no âmbito do inventário, somente na setorização da ocupação. Registre-se que a referida unidade foi construída em 1946, por meio de um processo de terraplanagem sobre o Canal do Anil.

No período das chuvas, parte das edificações fica inundada.

Desde o início, por fazer fronteira com o Centro de Referência Professor Hélio Fraga da Funasa/MS e utilizar parte das edificações de forma compartilhada, ambas as entidades foram convidadas a colaborar e efetivar um acordo de ocupação, constante no processo de transferência do Setor 5 para a Funasa.

Na proposta do GT, os Setores 2 e 2A, incluindo toda a área extra-hospitalar, foram caracterizados como zona de uso especial, uma vez que sua forma de ocupação deve priorizar os serviços de interesse público zelando pela preservação da área com baixa densidade populacional. Ao mesmo tempo, diante da política de inclusão social em curso na assistência psiquiátrica, as atividades do setor saúde tendem a, gradativamente, substituir o sistema asilar por uma assistência mais integrada às famílias e comunidades.

Setores 3 e 3A

Área extramuros – favelizada

A ocupação territorial das terras que estão nas áreas convencionadas como extramuros da CJM e que na planta de situação estão caracterizadas como Setores 3 e 3A, detêm a parcela de 10% da área total escriturada. O processo de invasão passou a ser uma constante no período de 1989/1990, agravando-se no ano de 1994/1995.

Em 1991, a Procuradoria Regional da República - 2ª Região, ciente da situação de invasão, deferiu medida liminar – Processo nº 91.000.8.876-5 da 16ª Vara –, para reintegração de posse à União do imóvel da Colônia Juliano Moreira, solicitando para isto o apoio logístico de vários órgãos federais, estaduais e municipais no acolhimento das famílias invasoras. Não recebendo respostas favoráveis, a União ficou sem condições de levar adiante a desocupação da área invadida.

A partir de 1993, houve uma intensificação das ocupações, tornando-se o quadro mais crítico com a divulgação do projeto iniciado em 1989 pelo MS em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da RIO URBE, que instituía, já em 1991, um convênio prevendo a implantação de um Projeto Habitacional para população de baixa renda que ocupava a área da CJM às margens da estrada de Curicica, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

O envolvimento de lideranças da região, que incentivaram e mobilizaram as comunidades de outros bairros do Rio de Janeiro a ocuparem as ter-

ras tornaram a situação muito grave. Os esforços para desestimular esse movimento foram feitos pelo Ministério da Saúde, por meio da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Secretaria de Patrimônio da União/MP. Todavia as dificuldades em utilizar mecanismos mais eficazes levou o MS, por meio da direção da CJM, a providenciar a construção de uma cerca delimitando a área hospitalar, efetivando maior controle da área interna, inclusive com a derrubada de algumas invasões.

Em decorrência de estudos e diretrizes urbanísticas levantadas para a elaboração do projeto habitacional para as populações de baixa renda, a SMU elaborou a Proposta de Ocupação de parte da gleba da CJM. A coordenação do GT solicitou tais estudos aos representantes do município, para incluir na coletânea de informações sobre a área que visa subsidiar as ações posteriores, mas não obteve retorno.

Observa-se que no Setor 3A, na área fronteira com o Núcleo Teixeira Brandão (Setor 2), existem cerca de 17 casas funcionais, e outras dez estão na Rua Sampaio Correia, no Setor 3. A proposição de exclusão dessas residências da área hospitalar foi feita pela Direção do IMASJM/SMS, pelo entendimento de que já estão descaracterizadas, não sendo de interesse do setor Saúde. A situação, em termos patrimoniais deverá estar considerada na regularização entre a SPU e a Prefeitura

A área extramuros compreende a área que vai do limite da cerca colocada pela Administração da Colônia até a antiga Estrada da Curicica, atual André Rocha. Nessa área, encontram-se principalmente edificações de uso residencial de baixa renda, e uma variedade de edificações de uso comercial, principalmente ao longo da André Rocha e entremeadas por duas áreas demarcadas pelo Exército.

Ressalte-se que os invasores organizaram-se em comunidades e criaram associações de moradores.

Setor 4 e 4A

A área ocupada pelo Ministério do Exército foi solicitada à Secretaria de Patrimônio da União para fins de construção de uma vila de residências oficiais. Embora o projeto previsto não tenha se efetivado, garantiu a preservação da área das invasões características e consolidadas na região circunvizinha.

Segundo informações da Gerência Regional da SPU no Rio de Janeiro, a intenção do Exército é a venda das terras, tendo já ido a leilão em duas opor-

tunidades, sem efetivação da venda. No contexto global da Colônia, registra-se que onde há efetiva presença do poder público a população respeita as fronteiras. O destino dessa área deve levar em conta toda a proposta em curso.

Setor 5

O Setor 5 compreende a área do Centro de Referência Professor Hélio Fraga – referência em pneumologia –, e a responsabilidade pela gestão da área é da Fundação Nacional de Saúde/MS.

Nesse Setor, encontra-se também em funcionamento uma creche que atende aos servidores do Centro de Referência Professor Hélio Fraga e do Hospital Raphael de Paula Souza, conforme despacho da Funasa/MS enviado ao GT em 8/8/2000, que mantém a utilização do espaço para esse fim. Registra-se a existência de um posseiro neste setor. A transferência da área já está em curso.

12.6 Tipos de Edificações

a) Edificações funcionais

Entende-se como imóveis funcionais os edifícios públicos, hospitais, núcleos, pavilhões e galpões que caracterizam a área total construída da Colônia Juliano Moreira, de 46.593,85 m², registrada no SPIU em 2/3/1983.

Todavia, no levantamento realizado pela subcomissão de inventariança de bens imóveis, a área construída da CJM totaliza, aproximadamente, 69.720,00 m². Essa incompatibilização deve-se ao não registro das benfeitorias construídas na instituição, ao longo de sua história. Tal questão será definitivamente resolvida quando da averbação dos registros dos imóveis em cartório.

b) Edificações funcionais residenciais

Os imóveis funcionais residenciais construídos pela União visavam garantir as condições de funcionamento do antigo nosocômio – Colônia Juliano Moreira. A dificuldade, à época, de acesso àquela localidade, bem como sua característica como unidade asilar implicaram na necessidade de moradias para funcionários e diretores do hospital. As residências funcionais somam cerca de 104 (cento e quatro) casas, tendo inicialmente, cada imóvel, em média, 73,67 m² de área construída.

Com o tempo, essas casas funcionais continuaram ocupadas pelos descendentes dos servidores, sendo que algumas foram repassadas para terceiros, ocorrendo inclusive benfeitorias e agregando-se outras residências. Essa gradativa ocupação demandou escolas, áreas de lazer e infra-estrutura, algo precário naquela região. Os dados acima apresentados devem ser confirmados no cadastramento por parte da cessionária, previsto como um encargo da transferência.

c) Área de preservação histórica

Núcleo histórico-cultural – Rodrigues Caldas

O conjunto histórico-arquitetônico tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Processo nº E-18/001.178/90 e Edital de Tombamento Provisório publicado no Diário Oficial da União de 27/8/1990, amparado pelo Artigo 5º, inciso V do parágrafo 1º do Decreto nº 5.808 de 13/7/1982, está situado no Setor 2 e é constituído pelo Núcleo Rodrigues Caldas que inclui o Portal do antigo engenho, a antiga sede, o muro que passa por trás desta última, os Pavilhões 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, o Chafariz, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios e o conjunto de casas dos funcionários. Quanto ao Aqueduto, este já se encontra protegido pelo tombamento realizado pelo órgão federal desde 1938.

O Núcleo Rodrigues Caldas, caracterizado como área histórico-cultural, compreende atividades de assistência asilar, composta dos pavilhões 2, 3, 4, 5, e 7. O pavilhão 6 foi transformado em copa e refeitório. No pavilhão 1 está prevista, por parte da SMS, a restauração para instalação do Museu Bispo do Rosário.

d) Invasões residenciais e comerciais

A Colônia Juliano Moreira localiza-se na Macrozona de Restrição à Ocupação Urbana de Guaratiba/Maciço da Pedra Branca. Embora respaldada como área de preservação pela Lei nº 2.377, de 28/6/1974, que cria o Parque Estadual da Pedra Branca, encontra-se de fato em situação crítica, com agressões constantes a seu patrimônio ambiental e cultural, provocadas por ocupações irregulares.

A distância da Colônia de uma área urbana implicou na necessidade de pequenos comércios, que trouxeram novas ocupações residenciais. Um ciclo acelerado pelo processo de intensa urbanização, por crises sociais, marginalização, violência, que contextualizada pela fragilidade e instabilidade

da atuação pública, permitiu que várias comunidades, ao longo dessas quase oito décadas, fossem progressivamente invadindo a área da Colônia, consolidando uma ocupação de cerca de 17.700 pessoas na área como um todo, sendo que, aproximadamente, 80% são invasoras, ocupando mais densamente o Setor 3.

Tais dados têm como base informações contidas nas propostas anteriores de municipalização, as quais apresentam maiores detalhamentos e estudos das comunidades existentes, nos documentos dos órgãos de segurança e no Cadastro Preliminar dos Imóveis Residenciais Localizados na Colônia Juliano Moreira, realizado em 1996/1997, atual Instituto Municipal de Saúde de Juliano Moreira, fornecido pela direção do IMASJM; e pelo respectivo relatório da subcomissão.

12.7 Relação das Edificações e Caracterização da Ocupação

Edificações funcionais

Nº	Local (unidade)	Área aproximada (m²)	Tipo de utilização	Unidade responsável	Situação predial	Identificação 1/500 ⁽¹⁾	Foto nº
SETOR 1							
1	Antigo Pavilhão Agrícola	2.500,00	Unidade Médica – 66 pacientes (futura sede da Fiocruz)	IMASJM Fiocruz (em fase de transição)	50% interditado e necessitando de reforma	10	1
2	Casa/laboratório do Projeto de Plantas Medicinais	Terreno 27.440,00	Terapia ocupacional	Fiocruz e Hospital Municipal Jurandyr Manfredini/SMS (em fase de transição)	Bom estado	10	2
	Matrizeiro	Terreno 26.550,00	Cultivo de mudas de plantas medicinais			9	--
3	Arboretum	Terreno 15.750,00	Plantaio de mudas para reflorestamento	Convênio entre a Fiocruz e o IEF	Bom estado	9	3 a 7
	Horto	Terreno 19.050,00			Casas com estrutura de madeira (projeto Zanine)		
	Casa-1 (sede administrativa)						
	Casa-2 (unidade de apoio)						
	Casa-3 (secagem de folhas)						
4	Antiga Pociça	--	Abandonado	Fiocruz	Ruim (galpão de avariação)	10	8
5	Antiga Estrebaria	1 piso	Abandonado	Fiocruz	Ruim (galpão de avariação)	11	9
6	Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios	1.100,00 4 pisos	Invasão	Fiocruz	Ruim Moradias adaptadas	--	10
7	Antigo Pavilhão de Higiene (contíguo ao antigo cinema)	--	Invasão	Fiocruz	Ruim Moradias adaptadas	--	11

⁽¹⁾ Conjunto de 20 plantas de 1/500 (Levantamento Planialtimétrico e Cadastral – Work Engenharia e Serviços).

Nº	Local (unidade)	Área aproximada (m²)	Tipo de utilização	Unidade responsável	Situação predial	Identificação 1/500 ⁽¹⁾	Foto nº
SETOR 2							
8	Edifício Sede do IMASJM (Edifício Heitor Perez)	7.172,00 3 pisos	Administração IMASJM/Museu Bispo do Rosário	IMASJM	Bom estado	2	12 e 13
9	ONG Rio Voluntário (antigo necrotério)	642,00 1 piso	Apoio a atividades sociais (ONG)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Bom estado	3	14
10	Centro de Reabilitação Viana do Castelo	1.200,00 1 piso	Enfermaria/ Fisioterapia 26 pacientes	IMASJM	Bom estado	11	15 e 16
11	Pavilhão Egaz Muniz	1.400,00 3 pisos	Invasão Moradias adaptadas	—	Ruim	17	17
12	Centro de Reabilitação e Integração Social (CRIS)	3.057,52 1 piso	Residência de pacientes 35 pacientes	IMASJM	Bom estado	1-2	18
	Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) (Edifício Mário Pinotti)		Terapia ocupacional e acompanhamento 50 pacientes	Hospital Municipal Jurandyr Manfredini			
13	Hospital Municipal Álvaro Ramos	Terreno 2.565,95	Unidade Clínica 1.200 pacientes	Hospital Municipal Álvaro Ramos	Bom estado	12-17	19 e 20
14	Núcleo Teixeira Brandão	Terreno 8.542,00	Unidade Médica Feminina	IMASJM	Bom estado	20	21 a 27
15	Pavilhão Adauto Botelho	1.000,00 2 pisos	—	—	Abandonado/ só estrutura	19	28
16	Núcleo Franco da Rocha (10 pavilhões e 5 edifícios principais)	Terreno 6.605,00	Unidade Asilar Feminina 188 pacientes	IMASJM	Bom estado	18	29 a 36
17	Núcleo Ulisses Viana (composto por 17 edificações, entre pavilhões e prédios principais)	Terreno 7.656,39	Unidade Asilar Masculina 176 pacientes	IMASJM	Regular	7-8	37 a 50
18	Hospital Municipal Jurandyr Manfredini	Terreno 2.557,00	Unidade Médica 3.000 pacientes por mês, em atendimento ambulatorial	Hospital Municipal Jurandyr Manfredini	Bom estado	7-12-13	51 e 52
19	Antigo Pavilhão Ulisses Viana	439,50 1 piso	Invasão	—	Moradias adaptadas	3	—
20	Pavilhão Ulisses Pernambucano (Conhecido como Faixa Azul)	1.100,00 1 piso	Invasão	—	Regular Moradias adaptadas	18	53 a 58
21	Escola Municipal Juliano Moreira (antiga Escola Adib Jabour)	2.550,00 2 pisos	Escola Municipal	Secretaria Municipal de Educação (SME)	Regular	7	59

⁽¹⁾ Conjunto de 20 plantas de 1/500 (Levantamento Planialtimétrico e Cadastral – Work Engenharia e Serviços).

Nº	Local (unidade)	Área aproximada (m²)	Tipo de utilização	Unidade responsável	Situação predial	Identificação 1/500 ⁽¹⁾	Foto nº
SETOR 2 – continuação							
22	Pavilhão Zaquero Esmeraldo	600,00 1 piso	Invasão	—	Ruim	—	—
23	Antiga casa do Diretor	450,00 2 pisos	Resocialização (Lar abrigado) 10 pacientes	IMASJM	Bom estado	17	60
24	Antigo laboratório	—	Invasão	—	—	—	—
25	Antiga Creche	—	Invasão	—	—	—	—
26	Clube Atlético Colônia	2.680,00 1 piso	Projeto de esporte do IMASJM com o Clube do Zico	Uso de terceiros/ Antiga Associação de Servidores	Bom estado	11	61
Núcleo Rodrigues Caldas (NRC) – Núcleo histórico (Itens 27 a 49)		8.000,00	Diversos (área tombada pelo InEPAC e IPHAN) 111 pacientes	IMASJM	Bom estado	5	—
27	Pórtico principal do NRC	—	Pórtico de entrada com guarita de segurança	IMASJM	Regular	6	62
28	Igreja Nossa Senhora dos Remédios	251,05 1 piso	Igreja	IMASJM	Regular	6	63
29	Antigo depósito 1/3	—	—	IMASJM	Regular	6	—
30	Antigo depósito 3/5	—	—	IMASJM	Regular	6	—
31	Pavilhão Carolina Medrado (Antiga sede da fazenda do Engenho Novo)	1.700,00 2 pisos	Pavilhão desativado	IMASJM	Regular	6	64
32	Lavanderia	1 piso	Lavanderia	IMASJM	Regular	6	65
33	Lar abrigado (contíguo ao Pavilhão Carolina Medrado)	2 pisos	Abrigo de pacientes	IMASJM	Regular	6	66
34	Bebedouro	1 piso	Ornamental	IMASJM	Regular	6	67
35	Antiga Capela	1 piso	Cantina	IMASJM	Regular	6	68
36	Antigo Refeitório	—	—	IMASJM	Ruínas	11	69
37	Coreto da Praça	—	Ornamental	IMASJM	Regular	—	70
38	Pavilhão 1	700,00 2 pisos	Futuro Museu Bispo do Rosário	IMASJM	Ruim	6	71 e 72

⁽¹⁾ Conjunto de 20 plantas de 1/500 (Levantamento Planialtimétrico e Cadastral – Work Engenharia e Serviços).

Nº	Local (unidade)	Área aproximada (m²)	Tipo de utilização	Unidade responsável	Situação predial	Identificação 1/500 ⁽¹⁾	Foto nº
SETOR 2 – continuação							
39	Setor de Manutenção (Antiga Casa de Farinha)	1.316,71 1 piso	Pavilhão de manutenção	IMASJM	Regular	5	73
40	Aqueduto	200,00 Elevado	Aqueduto	IMASJM	Ruim	5	74
41	Pavilhão 2	721,15 1 piso	Abrigo de pacientes	IMASJM	Regular	6	75
42	Pavilhão 3	260,00 1 piso	Administração	IMASJM	Regular	6	76
43	Pavilhão 4	678,00 1 piso	Ruínas	IMASJM	Ruínas	6	–
44	Pavilhão 5 (em reforma)	435,80 1 piso	Abrigo de pacientes	IMASJM	Regular	6	77
45	Pavilhão 6	704,80 1 piso	Atual refeitório	IMASJM	Bom estado	6	78
46	Pavilhão 7	698,90 1 piso	–	IMASJM	Regular	6	79
47	Chafariz	–	Ornamental	IMASJM	Regular	6	80
48	Pavilhão 11	1 piso	Abrigo de pacientes	IMASJM	Regular	11	81
49	Setor de Transporte	1 piso	Setor de Transporte	IMASJM	Regular	6	82
SETOR 2A							
50	Hospital Raphael de Paula Souza (com cerca de 20 edificações) ⁽²⁾	2 pisos	Unidade médica	SM5	Bom estado	–	83 e 84
SETOR 5							
51	Centro de Referência Professor Hélio Fraga – unidade médica composta por sete prédios (itens 51 a 58)	3.654,41 2 pisos	Unidade médica	Funasa	Bom estado	–	85 e 86
52	Prédio Setor Técnico	1.926,60 2 pisos	Almoxarifado/ subestação	Funasa	Bom estado	–	–
53	Prédio Setor Administrativo	1.137,89 2 pisos	Administração	Funasa	Bom estado	–	87
54	Alojamento	615,00	Residência	Funasa	Bom estado	–	–
55	Laboratório	545,03 1 piso	Laboratório	Funasa	Bom estado	–	88
56	Creche	219,50	Creche	Funasa	Bom estado	–	89
57	Reservatório	–	Reservatório	Funasa	Bom estado	–	–
58	Residência administrativa	–	Residência	Funasa	Bom estado	–	–

⁽¹⁾ Conjunto de 20 plantas de 1/500 (Levantamento Planialtimétrico e Cadastral – Work Engenharia e Serviços).

⁽²⁾ O Hospital Raphael de Paula Souza não foi objeto do presente inventário.

Obs.: As áreas das edificações foram obtidas nas plantas de situação da Work Engenharia e Serviços e no Relatório da Subcomissão de Inventário dos Bens Imóveis.

Edificações funcionais residenciais

Nº	Local	Tipo de utilização	Nº de residências	Identificação 1/500 ⁽¹⁾	Foto nº
SETOR 2					
59	Ladeira Bela Vista nº 1 (Antiga casa do Administrador)	Residência	1	17	90
60	Rua Sampaio Correia	Residência	22	—	91
61	Rua Adauto Botelho	Residência	19	—	92
62	Avenida Franco da Rocha	Residência	18	—	93 e 94
63	Estrada Rodrigues Caldas	Residência	10	—	95

⁽¹⁾ Conjunto de 20 plantas de 1/500 (Levantamento Planialtimétrico e Cadastral – Work Engenharia e Serviços).

Nº	Local	Área aproximada (m²)	Tipo de utilização	Número de residências	Foto nº
SETOR 2A					
64	Área residencial do Hospital Raphael de Paula Souza	40,00 (por apartamento)	6 unidades – residência médica; 2 unidades – Associação dos Hipertensos e Diabéticos; 2 unidades – CRPHF/Funasa; 2 unidades – Funasa; 2 unidades – servindo como arquivo da seção de inativos; 1 unidade – arquivo de prontuários; 9 unidades – desocupadas.	24 apartamentos	96

Fonte: Hospital Raphael de Paula Souza.

Nº	Local	Tipo de utilização	Nº de residências	Identificação 1/500 ⁽¹⁾
SETOR 3				
65	Rua Sampaio Correia	Residência	10	8
SETOR 3A				
66	Rua Teixeira Brandão	Residência	17	20

⁽¹⁾ Conjunto de 20 plantas de 1/500 (Levantamento Planialtimétrico e Cadastral – Work Engenharia e Serviços).

Invasões residenciais

Nº	Local	Nº de residências ⁽¹⁾	Identificação 1/500 ⁽¹⁾	Foto nº
SETOR 1				
67	Comunidade do Fincão	36	—	—
68	Rua Caminho da Cachoeira	80	—	97 e 98
SETOR 2				
69	Rua Sampaio Correia	146	—	99
70	Rua da Creche	9	—	100
71	Rua Adauto Botelho	87	12	101
72	Avenida Franco da Rocha	67	—	—
73	Estrada Rodrigues Caldas	17	—	—
74	Rua do Café	18	—	102
75	Rua Teixeira Brandão	9	—	—
76	Rua Nossa Senhora dos Remédios	21	12	—
77	Ladeira Bela Vista	4	17	—
78	Rua Araras Claras	11	—	—
SETOR 3				
79	Rua Nossa Senhora de Fátima	46	—	103

⁽¹⁾ Conjunto de 20 plantas de 1/500 (Levantamento Planialtimétrico e Cadastral – Work Engenharia e Serviços).

⁽²⁾ Dados da Engenharia/SMS/RJ.

Invasões residenciais extramuros

Nº	Local	Entidade representativa	Nº de famílias	Logradouro	Foto nº
SETOR 3					
80	Comunidade Parque Dois Irmãos	Associação de Moradores e Amigos do Parque Dois Irmãos (AMAPI)	870	Estrada André Rocha	104
81	Comunidade Área Verde	Associação de Moradores da Área Verde do Vale do Ipê (AMA Área Verde)	800	Estrada do Guereguê	—
82	Comunidade Vale do Ipê		200		—
83	Comunidade Pâmela	Associação de Moradores e Amigos do Parque Dois Irmãos (AMAPI)	48	Área adjacente à Comunidade Parque Dois Irmãos	—
84	Comunidade Entre Rios	Associação de Moradores e Amigos Entre Rios (AMÆER)	400	Acesso pela Rua Adauto Botelho	—
85	Comunidade Antiga Creche	Associação dos Moradores e Amigos da Antiga Creche (AMAAC)	220	Acesso pela Rua Teixeira Brandão	—

Fonte: Proposta de Municipalização da Colônia Juliana Moreira/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/1995.

Invasões comerciais

Nº	Local	Tipo de utilização	Responsável ou contato para informações	Foto nº
SETOR 1				
86	Rua Nossa Senhora dos Remédios nº 1 casa 1	Bar	Paulo Pedro da Silva	—
87	Rua Nossa Senhora dos Remédios nº 11 casa 11	Aplário I	Armando Pereira	—
SETOR 2				
88	Rua Adauto Botelho nº 2	Oficina Mecânica	Joaquim de Souza Braga	—
89	Rua Adauto Botelho nº 4	Bar	Mário Cabral dos Santos	—
90	Rua Adauto Botelho nº 8 casa 12	Bar	Manoel de Oliveira Neves	—
91	Rua Adauto Botelho nº 17 casa 1	Bar – Lava-Jato – Oficina Mecânica	Carlos Alberto Torres	105
92	Rua Adauto Botelho nº 26 casa 1	Oficina de Refrigeração	Dionilson N. Rubin	—
93	Rua Adauto Botelho s/nº (esquina com a Rua Sampaio Correia)	Kombi de caldo de cana	José Carlos de Paula	—
94	Rua Adauto Botelho nº 65	Bar	Guaraci Assis dos Santos	—
95	Rua Adauto Botelho nº 100 casa 11	Bar	Maria Aparecida da Silva	—
96	Rua Araras Claras s/nº	Oficina Mecânica	Nilson Bessa de Souza	—
97	Rua Sampaio Correia nº 10 casa 1	Bar	Agassís Pereira Santos	—
98	Rua Sampaio Correia nº 20 casa 4	Cabeleleiro	Neide Ferreira da Cruz	—
99	Rua Sampaio Correia nº 26 casa 1	Bar	Dair Barbos Ribeiro	—
100	Rua Sampaio Correia nº 71 casa 2	Oficina Mecânica – Lava-Jato	Cláudio de Souza Lacerda – Adilson de Souza Lacerda	106
101	Rua Sampaio Correia nº 75 casa 1	Bar	Maria Lúcia Guarnier	—
102	Rua Sampaio Correia nº 75 casa 12	Bar	José Guarnier	—
103	Estrada Rodrigues Caldas nº 3.400	Aplário II	Armando Pereira	107
SETOR 3				
104	Rua Nossa Senhora de Fátima	Bar	—	108

Fonte: Levantamento feito in loco pela Comissão de Inventariança da CJM.

Obs.: Os dados apresentados ilustram a ocupação, não esgotando o universo existente.

12.8 Levantamento Fotográfico

Para efeito de complementação dos dados apurados, foi realizado um levantamento com fotos das edificações existentes, do núcleo histórico, de exemplos das invasões e da área de preservação ambiental. Tal ação teve como objetivo ilustrar as situações das edificações, especialmente para constatação das condições prediais e de invasões, bem como para indicar a necessidade de restauração dos prédios tombados que no século XVIII foram o cenário real das histórias dos engenhos brasileiros.

12.9 Aspectos Ambientais

Uma grande área da CJM, 60% aproximadamente, referente principalmente ao Setor 1, está situada no Parque Estadual da Pedra Branca, criado pela Lei Estadual nº 2.377, de 28/6/1974. Nele encontra-se o pico da Pedra Branca, com 1.024 metros de altitude, e o Ponto Geodésico do Estado do Rio de Janeiro. O parque compreende todas as áreas situadas acima da linha da cota de cem metros do Maciço da Pedra Branca e seus contrafortes. É formado por remanescentes de Mata Atlântica, possui grande diversidade da fauna e flora brasileiras, e conta com recursos hídricos significativos como nascentes, 11 mananciais, a Lagoa do Camorim, além de quatro pequenas barragens de captação de água. Esse relevante centro dispersor de água potável compreende uma área de 120.000 m².

Nesse setor desenvolve-se o projeto do Viveiro Florestal da Pedra Branca, no Horto Florestal, fruto da cooperação técnica entre a Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ) e a antiga direção da CJM (Processo nº E-07/300.299/92), com o propósito de viabilizar a produção de mudas das sementes colhidas na própria floresta, que servem para o reflorestamento do parque. Essa proposta, que integra o projeto original de municipalização, sofreu problemas de continuidade e será reconduzida pela Fiocruz, em conjunto com o IEF, uma vez que a preservação dos recursos naturais dessa região é de suma relevância para o País.

As invasões irregulares agredem o meio ambiente, poluindo os rios, nascentes e promovendo o desmatamento; além disso é insuficiente a infraestrutura de saneamento e abastecimento de água, gerando impactos no ecossistema local. Assim, o reordenamento dessa ocupação, bem como os novos empreendimentos devem ser subsidiados com o estudo de impacto ambiental pelos órgãos competentes.

A Fiocruz ficará responsável por essa área de meio ambiente, se comprometendo a preservar e inventariar os recursos ambientais e as benfeitorias existentes, pesquisando, monitorando e garantindo o registro dessa riqueza ambiental.

12.10 Aspectos Jurídicos

Na longa história das invasões ocorridas na CJM, as administrações do complexo não conseguiram empreender ações que de fato coibissem o agravamento e a expansão das ocupações indefinidas. Na organização do presente relatório, evidenciou-se a necessidade de referenciar atos e expedientes relativos às providências tomadas por órgãos de controle, fiscalização e segurança, identificados e relacionados ao final do relatório.

A regularização das ocupações e mesmo a desocupação e reordenação que se fizerem necessários deverão estar pautados dentro de critérios sociais com o devido respaldo legal, uma vez que há questionamentos jurídicos quanto ao direito das comunidades invasoras em serem beneficiadas.

No decorrer do processo de inventariança verificou-se a existência de uma série de denúncias sobre ocupações irregulares, dilapidação e abandono de edificações, incluindo o Núcleo Histórico tombado e reconhecido como patrimônio cultural. Várias ocorrências foram apresentadas pelos serviços contratados de vigilância patrimonial à diretoria do IMASJM, relatando-se as invasões, inclusive de imóveis funcionais para atividades comerciais, e a efetivação de ligações clandestinas de água, luz e esgoto. Foram informadas também construções irregulares e a venda ilícita de imóveis funcionais e outros.

A Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em 4/11/1998, enviou o ofício PR/RJ/AC nº 235/98 ao Secretário-Executivo do MS solicitando averiguação do estado de abandono do patrimônio histórico e cultural.

Em outro ofício, PR/RJ/AC nº 133/98, encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), há questionamento sobre a suposta construção da Fazenda Modelo II na área da CJM, com a supressão da vegetação nativa de mata atlântica.

Foi constatada a invasão na área do Arboretum e conseqüente desmatamento de parte do local, aproximadamente 700 m², sendo a firma licitada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para executar a obra a ITEC – Irmãos Tedesco Engenharia e Construção Ltda., acusada de invasão e des-

matamento da área de preservação, com base na Lei Federal nº 4.771, de 15/9/1965, constituindo-se o auto de constatação nº 3.112/IEF/RJ.

12.11 Acervo de Documentos

A Subcomissão de Inventariança, responsável pela identificação do patrimônio documental da Colônia Juliano Moreira, designada pela Portaria SAA/MS nº 49, de 24/12/1999, estruturou o levantamento buscando contribuir na organização, preservação e referência dos acervos. Foram considerados os documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, que caracterizam o processo nº 25000.017005/2001-91.

Cumprir destacar a relevância desse legado dada a densidade do testemunho histórico em questão, cuja inserção transcende a trajetória da assistência psiquiátrica brasileira, integrando aspectos culturais e artísticos, com visibilidade no cenário internacional.

O acervo museológico possui 1.178 peças catalogadas, com obras produzidas por pacientes, peças do mobiliário, materiais do boticário, estátuas e imagens de santos da Igreja Nossa Senhora dos Remédios. As peças produzidas pelos pacientes são pinturas, desenhos, esculturas e instalações de significativo valor, com destaque para o artista Arthur Bispo do Rosário, cujas obras detêm reconhecimento de importantes críticos de arte, tendo representado o Brasil em eventos no exterior, como a Bienal de Veneza, em 1996, e a Mostra do Redescobrimento do Brasil – 500 Anos.

O estado de conservação do acervo é precário; à exceção das peças restauradas recentemente, grande parte está atacada por cupins, rasgada ou infestada por fungos. Cerca de 50% do acervo museológico não estava catalogado e tais providências continuam sendo realizadas por meio de cooperação técnica do MS.

Para o levantamento do acervo arquivístico foi necessário uma equipe de apoio com oito profissionais dos Núcleos Estaduais do MS, que, de forma intensiva organizaram os documentos segundo o Código de Classificação de Documentos de Arquivo do MS. Foram organizados 4.543 metros lineares de documentos com data limite de 1836 a 1999. Nos documentos arquivísticos constam 569 documentos textuais e especiais (suportes fotográfico, audiovisual e iconográfico), data limite de 1946 a 1999, que estão sob a guarda do Arquivo Memória da Loucura do Museu Bispo do Rosário.

No arquivo central encontram-se os documentos produzidos e acumulados referentes às atividades desenvolvidas pela instituição e documentos

provenientes de órgãos extintos da área da saúde mental, mais especificamente da antiga Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde (DINSAM/MS).

O acervo bibliográfico foi encontrado em condições de deterioração e contaminação, tendo sido submetido a um processo de higienização para retirada dos fungos, por meio de contratação de especialista, no valor de R\$ 7.998,00. A contratação dessa atividade ficou a cargo do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro.

O levantamento foi realizado a partir das orientações contidas no Relatório Preliminar de Orientação Técnica sobre a Biblioteca da Colônia Juliano Moreira, elaborado pela bibliotecária da equipe da Fundação Oswaldo Cruz. As publicações com fungos foram higienizadas e os livros foram listados na Relação do Inventário do Acervo da Biblioteca do IMASJM.

Foram identificados 2.134 títulos, abrangendo o período de 1862 a 1997, sendo que 650 obras já se encontravam catalogadas e as referências disponibilizadas em meio eletrônico.

Desde novembro de 2000, o Centro Cultural da Saúde da Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI/SAA/SE/MS), localizado no RJ, presta cooperação na recuperação desse acervo, disponibilizando 6 estagiários de nível superior (biblioteconomia, museologia, historiologia, arquivologia), materiais de higienização e acondicionamento. O trabalho visa o processamento técnico e a avaliação dos documentos, com a perspectiva de mudança de suporte por digitalização e microfilmagem, bem como a implementação de sistemas automatizados.

O primeiro aplicativo disponível para esse fim é o *software* WWWISIS, de domínio público, de responsabilidade do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/OPAS) que, em parceria com o MS, está implantando a Biblioteca Virtual em Saúde Pública, a qual tem como base uma rede de bibliotecas cooperantes do setor saúde.

12.12 Transferência da Guarda do Acervo Documental

A legislação federal em vigor que dispõe sobre a preservação desse patrimônio ressalta a necessidade de garantia, por parte das instituições públicas, da plena preservação e acesso ao histórico e significativo patrimônio existente na CJM.

Em conformidade com o termo de cessão da Colônia Juliano Moreira, de 3/3/1999, na sua Cláusula XI, que dispõe sobre o acervo, ficou estabe-

lecido que a regularização desse item seria objeto de um termo específico de transferência da guarda desse acervo documental, definindo as responsabilidades das instituições quanto à sua preservação, organização e acesso.

O Termo de Compromisso e Responsabilidade com o objetivo de preservar o acervo documental federal, sob a guarda do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, foi elaborado pela coordenação da Comissão de Inventariança e pela presidência da Subcomissão instituída, em parceria com a direção do IMASJM, com o Arquivo Nacional/Casa Civil/Presidência da República e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura.

Em face das características do acervo, documentação permanente, os citados órgãos federais foram convidados a integrar o termo, na condição de signatários. Assim, em conjunto com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, e com o Ministério da Saúde, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos/SE, as entidades se farão representar no acompanhamento do cumprimento das responsabilidades definidas por meio de uma comissão paritária.

O referido Termo, que regula a transferência da guarda do acervo federal para a esfera municipal, bem como o Termo de Doação de bens móveis, foram encaminhados pela Secretaria Executiva do MS à Secretaria Municipal de Saúde, para indicação dos representantes, em 23/10/2001.

12.13 Materiais Permanentes

Em 24/12/1999 foi publicada a Portaria SAA/MS nº 51, que designa servidores para constituir a Subcomissão Conjunta para proceder o inventário físico e contábil dos materiais permanentes existentes na Colônia Juliano Moreira, para posterior doação à Secretaria Municipal de Saúde.

O trabalho de levantamento dos materiais permanentes envolveu um universo de 9.600 itens, 10 linhas telefônicas, 6 veículos e um trator. A subcomissão entrou com os dados no Sistema de Material Permanente (SIPER) do Ministério da Saúde, o qual controla o acervo patrimonial. O sistema ficará instalado na unidade para controle dos bens.

No processo de levantamento físico, foram identificados 34 itens de mobiliário e peças históricas, utilizados nas dependências do IMASJM, que passaram à condição de Acervo Museológico.

Os bens patrimoniais referentes ao acervo bibliográfico, museológico e imagens sacras, deverão, igualmente, ser preservados pelo referido Instituto, em cumprimento ao Termo de Compromisso e Responsabilidade, citado no item anterior.

Para viabilizar a doação, foi criada pela Portaria NERJ/MS nº 37, de 17/5/2000, a Comissão de Alienação de Bens para cessão à Prefeitura Municipal de Saúde do Rio de Janeiro do acervo patrimonial (bens móveis) alocados na Colônia Juliano Moreira, de acordo com o Termo de Cessão de Uso de 3/3/1999, na sua cláusula quinta e subcláusula quarta.

Após conclusão do levantamento, foi formalizado o processo nº 25001.005246/2000-05, o qual obteve a autorização da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Saúde e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que se concretize o processo de doação dos bens permanentes à Secretaria Municipal de Saúde.

Foram emitidos os termos de doação efetuada a correspondente baixa contábil no Sistema de Administração Financeira (SIAFI).

12.14 Baixas Contábeis

A subcomissão de pendências contábeis, criada pela Portaria SAA/MS nº 52, de 24/12/1999, procedeu às baixas nos sistemas administrativos.

A partir do resultado da subcomissão de materiais permanentes e do levantamento dos imóveis, estabeleceram-se os ajustes necessários junto à Gerência Regional de Controle Interno (ex-DFC/RJ). A principal medida acionada foi a regularização dos saldos contábeis, no período de 22/10 a 22/12/1999, quando foram emitidas, no SIAFI, pela UG/Gestão 250056/25901, zerando saldos remanescentes, as seguintes Notas de Lançamento (NL):

- 99NL 00001 – Conta medicamentos – baixa do saldo por doação, face à municipalização da UG pelo Convênio nº 031/96-01, publicado no DOU de 5/7/1996;
- 99NL00004 – Incorporação de saldos na conta Próprios Nacionais, face ao término das obras, reformas e benfeitorias, conforme orienta o manual do SIAFI;
- 99NL00005 – Transferência do imóvel para UG 250031/25901 – Núcleo Estadual do MS no Rio de Janeiro, até a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho e inventário;
- 99NL00006 – Regularização de lançamentos feitos em duplicidade pela 95NL00236/95, que na tentativa de cancelar o valor da enti-

- dade GEAP, processo nº 00.199/95, foi feito o lançamento indevido;
- 99NL00007 – Regularização de valor decorrente de lançamento automático da folha de pagamento (SIAPE), por meio dos documentos 94NS00012 e 94NS00058;
 - 99NL00003, 08, 12, 13 e 14 – Transferência dos materiais permanentes para UG/Gestão 250031/25901, face à conclusão do Convênio nº 031/96-01, de acordo com os itens 2.6 e 9.2 do convênio;
 - 99NL000025 – Pagamentos indevidos - Baixa das responsabilidades, tendo em vista que o TCU julgou regulares, com ressalvas, as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação conforme ofício IRCE/RJ nº GI 1.236, de 24/9/1991 e ofício IRCE/RJ nº GI 246, de 31/3/1993;
 - 99NL002727 – Acerto de inscrição indevida.
 - 2001NL001003 – Baixa de bens imóveis conforme processo nº 10768006993/95-68 (Colônia Juliano Moreira), ofício s/nº RGPU/GAB/RJ de 9/10/2001.

Não consta inadimplência no SIAFI.

Foram emitidas, por meio do SIAFI, em 20/9/2001, mensagens do Coordenador de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde à Delegacia Federal de Controle (DFC)/Ministério da Fazenda, tendo sido providenciado:

- Baixa contábil da Unidade Gestora 250056/25901 em complementação às 99NLs 0001 e 0005, e da 99NS00001;
- Desativação da Unidade Gestora (UG) 250056, no SIAFI;
- Desativação da Unidade Pagadora (UPAG) no SIAPE. Transformada em Unidade Organizacional (UORG) e vinculada à UPAG do NERJ, código 517003200.

O bloqueio das senhas dos usuários nos Sistemas SIAFI e SIAPE é consequência automática da desativação da referida UG.

Com relação ao levantamento dos contratos e convênios em vigor na época, para atestar as sub-rogações e rescisões, foi encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde listagem dos mesmos referentes à CJM quando da municipalização, informando sua atual condição.



Demonstrativo de contratos

Prestação de serviços	Firma	Período	Processo
Vigilância	Confederal	06/04/93 a 06/04/98	09/023489/96
Alimentação	Brasal	01/01/94 a 31/12/94 prorrogado 31/12/95	09/023286/96
Sedex	Correio	01/04/96 a 31/03/01	09/023487/96
Boiler's	Vimat	02/01/96 a 31/12/96	09/023490/96
Refrigeração	Formed	02/01/96	09/023487/96
Obras e reformas	Monte Altenas	180 dias 11/01	09/023488/96
Limpeza	CNS Nacional	01/01/94 a 01/01/99	09/023491/96
Copiadora	Xerox	15/02/93 a 15/02/98	09/023492/96
Man. Equip. Lav.	Formed	01/08/94 a 01/08/99	09/023483/96
Man. Equip. Inform.	Tecnocoop	08/05/96	09/023489/96
Serviço Inform.	Tecnocoop	02/01/96	09/023485/96
Predia	Travassos Fernandes		09/022751/96

Relação de contratos vigentes

Serviços	Firma	Período	Processo
Manutenção de Aparelhos de Raios-X	Casa do Radiologista	01/04/00 a 31/03/01	09/005747/99
Locação de 3 viaturas tipo Kombi	Transcooperj	22/09/00 a 20/12/00	09/031554/00 Dispensa
Locação de 5 viaturas tipo Kombi	Coop-Rio	01/10/00 a 30/09/01	09/001696/99
Limpeza e conservação	CNS	14/06/00 a 11/12/00	08/014854/00 Dispensa
Manutenção de Elevadores	Elto	01/01	09/035888/98
Manutenção Predial	Travassos Fernandes	01/10/00 a 30/09/01	09/007283/98
Vigilância	Confederal	01/08/00 a 27/01/01	09/020457/00 Dispensa
Locação de Máquina Copiadora	Xerox	14/08/00 a 13/08/01	09/012479/00
Fornecimento de Casos Medicinais	White Martins	01/09/00 a 31/08/02	09/037463/97

Fonte: Extraído do Ofício S/CIN n.º 448/2000, de 11/12/2000, encaminhado pela Coordenação de Infra-Estrutura da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro ao Ministério da Saúde.

12.15 Cessão de Servidores Federais

A cessão de pessoal da CJM está regulada pela Cláusula Terceira do Termo de Cessão de Uso e realizou-se por meio da Portaria n.º 1.187, de 24/9/1999, publicada no DOU n.º 184-E. Na listagem nominal dos servidores federais encaminhada pelo IMASJM, verificou-se divergência com referência à relação publicada no citado Diário Oficial da União.

Tais fatos suscitaram providências por parte da Coordenação da Comissão de Inventário, gerando expedientes para o NERJ/MS e o IMASJM/SMS, solicitando revisar a relação publicada no referido DOU e recomendando localizar as pastas funcionais que não se encontram nos arquivos daquele Instituto.

A Divisão de Pessoal do NERJ encaminhou, em 21/9/2001, a relação atualizada dos servidores federais lotados no IMASJM e nos Hospitais Jurandyr Manfredini e Álvaro Ramos, que compreendem a CJM.

Registra-se a existência, nesse grupo de servidores oriundos de ex-Campanhas Nacionais de Saúde Mental/CJM/RJ, de pendências relativas à solicitação do pagamento da diferença de vencimentos de exercícios anteriores. Até o presente momento, essa situação encontra-se em aberto. A Coordenação-Geral das Unidades Hospitalares Próprias solicitou os procedimentos e orientações sobre os acertos necessários, tendo sido orientada pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MS, por meio do Memorando nº 702/CGRH/SAA/MS, de 24/12/1999, a qual também está norteando a organização das pastas de pessoal da CJM.

Com o objetivo de adotar procedimentos de gestão de pessoal, em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, foi publicada a Portaria GM/MS nº 929, de 26/6/2001, definindo que a cessão dos servidores do quadro efetivo do MS aos órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde, deve realizar-se por meio de convênios. As medidas necessárias à complementação da efetivação das cessões serão adotadas pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos/SE/MS.

São 575 servidores lotados no complexo da CJM, com 140 do Hospital Jurandyr Manfredini, 337 do IMASJM e 98 do Hospital Álvaro Ramos, o que corresponde a uma folha de pagamento na ordem de R\$ 761.382,59, incluindo 22 profissionais que cumprem dupla jornada, sendo de responsabilidade da unidade gestora 250031 e UPAG/RJ nº 517003200.



13. ANÁLISE DOS TRABALHOS

Em decorrência da descentralização das ações de saúde e da consolidação do SUS, em 3 de março de 1999, por meio do Termo de Cessão de Uso, o Ministério da Saúde transferiu definitivamente a gestão da Colônia Juliano Moreira para a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Para proceder à conclusão dessa municipalização, o MS, por meio de sua Secretaria Executiva, instituiu um Grupo de Trabalho, com a participação de entidades federais e municipais, com o objetivo de apresentar estudos de regularização da área. Também designou as ações de inventariança para concluir administrativamente os ritos processuais e requeridos na transferência de patrimônio e cessão de servidores públicos.

Em sintonia com as orientações dos principais dirigentes das entidades envolvidas, incluindo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as ações foram definidas em um Plano de Trabalho elaborado conjuntamente pelas instituições, com a participação dos órgãos de controle. Ambas as frentes – GT e inventário – foram coordenadas por uma representante da Subsecretaria de Assuntos Administrativos/SE/MS.

Partindo-se de uma situação extremamente complexa, com unidades hospitalares e administrativas convivendo com residências funcionais, ocupações residenciais e comerciais edificadas por terceiros e uma área pública – extramuros – em processo acelerado de favelização, foram esquematizadas ações para representar a situação efetiva de toda a área que compreende esse próprio da União Federal.

Contratou-se, por meio de licitação pública, serviços especializados de engenharia para reproduzir, a partir dos dados constantes em documentação disponível – plantas de situação e documentos cartoriais –, os limites da área global, e a partir do trabalho de campo delimitar os setores, elaborando os respectivos memoriais descritivos, identificando-se as edificações erigidas pela União.

O serviço contratado culminou com a apresentação da planta de situação juntada ao presente que, apesar de necessitar de ajustes no registro de imóveis decorrentes de incorreções detectadas nas plantas antigas e na escritura, projeta o redesenho da área total, constituindo-se em documento hábil para os procedimentos decorrentes desta fase que se conclui, ou seja, o desmembramento cartorial dos setores, buscando regular sua destinação e ocupação.

Os trabalhos desenvolvidos nas reuniões e as apresentações de propostas permitiram a setorização do próprio Colônia Juliano Moreira, definindo-se os limites necessários para o desenvolvimento das atividades do setor saúde, possibilitando a liberação da Secretaria Municipal de Saúde do encargo, até então existente, de fiscalização de tão extensa área, em sua grande parte não empregada na sua atividade finalística.

Paralelamente, buscaram-se soluções visando identificar, nas áreas remanescentes, as atuais e futuras ocupações. Dentro desse foco, de acordo com as atividades já desenvolvidas no local e dos projetos de interesse da esfera federal, destinou-se um setor para a Fundação Nacional de Saúde e outro para a Fundação Oswaldo Cruz, ambas entidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

Foram negociados no conjunto das instituições a forma de transferência do patrimônio imobiliário – tipo de contrato – e os encargos e responsabilidades de cada cessionário à manutenção dos espaços efetivamente ocupados em suas atividades. Conseqüentemente, projetaram-se cinco setores relativos a 8 grandes áreas, com o propósito de obter-se uma utilização adequada dos recursos disponíveis, resolvendo, nesse conjunto, os aspectos sociais e de preservação ambiental que a questão envolve.

A destinação da área de maior dimensão à instituição centenária do porte da Fiocruz – **Setor 1** – teve como objetivo básico dotar a referida entidade de um espaço significativo que permita o desenvolvimento de suas atividades com a criação de um Campus avançado para pesquisa e produção de medicamentos fitoterápicos. A sustentabilidade dessa destinação ocorre por integrar duas entidades do Governo Estadual, o Instituto Estadual de Florestas (IEF/SEMA/RJ) e o Batalhão de Operações Especiais (BOPE/SESP/RJ), mediante estabelecimento de convênios que garantam a segurança em empreendimentos de pesquisa e em projetos de preservação ambiental, fundamental para a região como um todo e em especial para o setor Saúde.

O **Setor 2** – zona de uso especial –, é a área institucional mais complexa por envolver várias instituições municipais, devendo ocorrer significativo empenho para definir sua ocupação como área especial, direcionando sua utilização prioritariamente para a saúde e ações socioeducativas. Tal setor compreende, basicamente, as seguintes unidades de assistência psiquiátrica: Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira; Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, e o Hospital Municipal Álvaro Ramos. Na

sua extensão, identificada como Setor 2A, localiza-se a unidade de assistência Hospital Raphael de Paula Souza, municipalizado no decorrer deste trabalho. Toda a área encontra-se em processo de destinação à Prefeitura do Rio de Janeiro, a qual deve apresentar Plano Diretor de ocupação da área, principalmente quanto aos terrenos extra-hospitalares.

Por ser um importante cinturão do Setor 1 – área ambiental –, a gestão do Setor 2 deve primar pela instalação de equipamentos públicos, sendo primordial tratar o conjunto de ocupações efetivadas por terceiros, em que mesclam-se funcionários autorizados, descendentes, invasores e comerciantes. A proposta de ocupação de ambos os Setores, 1 e 2, deve considerar a necessidade de implementar planos emergenciais, de curto, médio e longo prazos, almejando-se um futuro de gradativa retirada de residências isoladas. Nesse sentido, ficou delimitada uma área de reassentamento, limítrofe ao Setor 3A, para as comunidades que habitam áreas de risco no Setor 1.

O plano de reordenamento de uso e ocupação do solo dos referidos setores deve buscar concentrar, coibir e regular as ocupações residenciais, priorizando a preservação das matas, rios e nascentes, bem como a implementação de um plano de segurança que, concretamente, impeça a expansão de áreas invadidas e garanta o funcionamento das atividades públicas. Esse plano é apresentado pela Guarda Municipal e BOPE/SESP/RJ e constitui um avanço dos procedimentos imediatos e estruturais para o policiamento na área.

O objetivo é melhorar as condições de vida na CJM, favorecendo a concentração e diminuição da área habitacional, dotando-a ao mesmo tempo de uma devida infra-estrutura urbana. As medidas devem contribuir para minimizar o atual impacto ambiental existente nessa localidade, oriundo das invasões, má utilização e poluição dos recursos hídricos existentes, do desmatamento, da insuficiência no abastecimento de água, e do escoamento de esgoto *in natura*.

Os **Setores 3 e 3A**, considerados como área habitacional (extramuros), alvos de grande e histórica invasão por comunidades organizadas, detêm características próprias ao desenvolvimento de projetos de saneamento básico, urbanização, regularização fundiária, com a fixação dessa população nos moldes do Programa Favela Bairro, incluindo estudos de aproveitamento de áreas para reassentamento de parte das ocupações dos Setores 1 e 2. Está em curso sua transferência para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, já tendo sido realizadas, nesse sentido, reuniões entre a SPU/MP e

a Secretaria Municipal de Habitação, com ajustes no tipo de contrato dos Setores 3 e 3A.

O Exército Brasileiro possui os **Setores 4 e 4A** e sua jurisdição ocorreu em 18/8/1996 pela Delegacia do Patrimônio da União do Estado do Rio de Janeiro, inicialmente com o propósito de construir residências para oficiais. No momento, há manifesto interesse do referido cessionário pelo desfazimento dos terrenos com a venda das áreas. A avaliação por parte das instituições envolvidas sobre essa área evidencia sua posição estratégica para o ordenamento urbanístico do complexo.

O **Setor 5**, por abrigar o Centro de Referência Hélio Fraga – unidade hospitalar de referência em pneumologia, em funcionamento desde 1984 – encontra-se em processo de transferência para a Funasa/MS, entidade responsável pelo estabelecimento em questão.

As ações de inventariança consolidam, por sua vez, um marco administrativo de doação e transferência dos bens patrimoniais à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, as ações de atualização nos correspondentes sistemas federais de controle e gestão e a sinalização dos procedimentos de cessão de pessoal, requerendo nesse último item o estabelecimento de um convênio, em conformidade com a legislação vigente. Assim, em março de 1999, o recurso orçamentário do município do Rio de Janeiro atingiu o valor de R\$ 379.773.552,20, incorporando ao teto de repasse financeiro do SUS no município o orçamento da CJM. Foram doados um total de 9.600 materiais permanentes e cerca de 200 imóveis, cedidos cerca de 575 servidores federais, e transferido a guarda de um significativo acervo de documentos públicos.

Destaque-se a elaboração do Termo de Compromisso e Responsabilidade, de acordo com o Termo de Cessão de Uso da Colônia Juliano Moreira, que regula a preservação e acesso ao histórico acervo federal, constituído nessa unidade no decorrer de oito décadas, e que compreende documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Ficaram assim estabelecidas as responsabilidades dos órgãos federais afins à matéria e identificados os signatários do Termo, ou seja Ministério da Saúde, Arquivo Nacional/Casa Civil/Presidência da República e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura, bem como o gestor municipal representado pela Secretaria Municipal de Saúde e Direção do IMASJM. Após a assinatura das partes, tais entidades comporão uma comissão paritária de acompanhamento no cumprimento das respon-

sabilidades, com previsão de convênios para uma atuação conjunta.

Dentro dessas diretrizes, registre-se que o MS desde 1º/6/2000, por meio da Coordenação-Geral de Documentação e Informação, mais especificamente do Centro Cultural da Saúde, localizado no RJ, já vem empreendendo ações de cooperação nos hospitais psiquiátricos municipalizados, tendo como principal meta viabilizar procedimentos de conservação, referenciar as fontes primárias de informação em saúde e sistematizá-las em bases cooperativas, incorporando-as ao Sistema Nacional de Informações em Saúde.

As transferências das áreas imobiliárias delimitadas e relativas aos Setores: **1** – Fiocruz/MS; **2, 2A, 3 e 3A** – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; e **5** – Funasa/MS foram objetos dos Avisos Ministeriais encaminhados pelo Ministro da Saúde, José Serra, e encontram-se em processo de regularização. A ação em curso é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Patrimônio da União, e será subsidiada pelo presente relatório. Complemente-se que há providências em curso no âmbito da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para transformar a área da CJM em uma Região Administrativa.

As negociações, visitas técnicas e cerca de 60 reuniões coordenadas pela presidência do GT e inventário da CJM, possibilitaram acordos, consensos, conferências sobre as informações apresentadas. Após a fase formal da finalização dos trabalhos, seguiu-se a organização do presente relatório que, em face dos ajustes e correções necessários, da complexidade da matéria da responsabilidade por um registro fidedigno e da impossibilidade de dedicação exclusiva da coordenação, demandou um período maior que o previsto, uma vez que as plantas de situação só foram entregues em 9/11/2001. Concomitantemente, vários desdobramentos ocorreram, uma vez que as transferências das áreas já tinham sido iniciadas. As informações afins foram atualizadas neste documento, e nesse decorrer sempre foi sinalizado às principais entidades a necessidade em dar sequência aos procedimentos, tendo em vista que os encargos relacionados já constam em cada processo instaurado pela SPU.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão dos trabalhos, foi possível definir os limites físicos, fato até então inexistente, e também as competências e responsabilidades de cada segmento envolvido. O momento atual é de efetivação dos respectivos contratos, para que se promova, em termos legais, a nova jurisdição.

As instituições cessionárias devem avançar em prol da formalização da transferência definitiva das terras em conjunto com a Secretaria de Patrimônio da União, que promoverá os desmembramentos e ajustes no registro de cartório de imóveis, efetuando os correspondentes atos de doação do patrimônio.

Na próxima fase, é fundamental a participação ativa do corpo diretivo dos órgãos cedentes e cessionários, para levar a cabo as ações sequenciais de avaliação e cumprimento dos prazos e encargos estabelecidos e averbação dos registros das edificações públicas no Cartório de Imóveis.

A divisão da área total da Colônia Juliano Moreira ocorre no sentido de fortalecer a veia institucional pública, sendo um consenso entre todos os órgãos envolvidos a necessidade de viabilizar uma gestão compartilhada desse complexo de terras, permeado por logradouros públicos, com ocupações institucionais, funcionais e invasões. A experiência sedimentada no trato dessa questão demonstra ser esse o principal avanço para a obtenção de segurança e controle da destinação da infra-estrutura instalada.

Os problemas, constituídos historicamente, demandam ações urgentes e interinstitucionais na busca de estratégias para o encaminhamento de soluções que visem inibir novos atos danosos ao patrimônio público, como também empreender ações para regularizar a situação do uso dominial do imóvel, sem perder o principal propósito desse processo: o funcionamento das unidades hospitalares e a proteção ao meio ambiente.

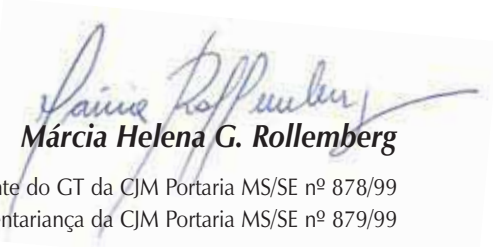
Por sua vez, a regularização da situação habitacional exigirá sensibilidade na abordagem da população; e transparência na adoção de critérios sociais e jurídicos. A forma de ressarcimento dos danos e prejuízos ao erário público, em face da constatação e comprovação da precariedade socioeconômica das famílias residentes, poderá até mesmo ocorrer liberando-se contrapartidas financeiras, mas certamente deve estar acordada formalmente em atos de zelo e de fiscalização, pela própria comunidade, do patrimônio cultural, ambiental e público que integra a Colônia Juliano Moreira. A promoção do ordenamento e urbanização da área já ocupada

e sua integração ao bairro de Jacarepaguá deve primar pela retirada das ocupações dos imóveis e terrenos que possam, futuramente, comprometer a realização das ações de assistência à saúde.

A promulgação da Lei nº 10.216, de 6/4/2001, que dispõe sobre a reestruturação da assistência psiquiátrica com a gradativa extinção das unidades asilares e a conseqüente implantação de novas práticas, tais como: atendimento comunitário ambulatorial e domiciliar; hospital-dia; centros de convivência; habitações, oficinas protegidas e cooperativas de trabalho e lazer assistidas, tem na área da Colônia e no perfil das entidades responsáveis, uma perspectiva de amplo potencial e abrangência social.

A história da Colônia Juliano Moreira deve ficar marcada por uma nova era de prosperidade, de integração à sociedade de um espaço revitalizado e a serviço do povo, caracterizado pela implantação de um campus de pesquisa e produção de fitoterápicos; pela articulação de parcerias para procederem o reflorestamento do Maciço da Pedra Branca; pelas atividades de educação ambiental e ecoturismo; pelo aperfeiçoamento das unidades de referência e de assistência em saúde; pelo funcionamento e expansão da escola e dos serviços de atendimento social; pela restauração do Núcleo Histórico Cultural, com a instalação do Museu Bispo do Rosário; pela retomada do clube, como centro desportivo e de lazer para a comunidade; e pelo estabelecimento de unidades de policiamento e do corpo de Bombeiros, garantindo a preservação e a segurança da região.

Propostas que se efetivam a partir da autonomia conquistada com as transferências em curso, tendo como variável a integração de cada, e ao mesmo tempo de todas as esferas governamentais responsáveis – federal, estadual e municipal. A soma das competências das entidades envolvidas em torno de uma visão de futuro potencializa a capacidade de enfrentamento dos desafios a serem vencidos e deve estar vislumbrada não somente em acordos oficiais, mas essencialmente na cultura governamental, tornando presente a atuação dos órgãos públicos, na defesa e preservação do nosso patrimônio técnico-científico, sociocultural e ambiental.



Márcia Helena G. Rollemberg

Presidente do GT da CJM Portaria MS/SE nº 878/99
Coordenadora das Ações de Inventariança da CJM Portaria MS/SE nº 879/99